



UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO
DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Marcella Gonçalves Guimarães

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

UBERLÂNDIA - MG
2024

MARCELLA GONÇALVES GUIMARÃES

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação Docente para a Educação Básica - Mestrado Profissional (PPGEB), da Universidade de Uberaba, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação Básica – Fundamentos e Planejamento.

Orientador: Prof.º Dr. Cílon César Fagiani.

Área de Concentração: Educação.

UBERLÂNDIA - MG
2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

G947g Guimarães, Marcella Gonçalves.
Gênero e sexualidade no contexto da educação básica / Marcella
Gonçalves Guimarães. – Uberlândia (MG), 2024.
63 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-
Graduação Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a
Educação Básica. Linha de pesquisa: Educação Básica: Fundamentos e
Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Cilson César Fagiani.

1. Educação básica. 2. Ensino médio. 3. Trabalho docente. 4.
Sexualidade. 5. Relações de gênero. I. Fagiani, Cilson César. II.
Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação Mestrado
Profissional em Educação. III. Título.

CDD 370

MARCELLA GONÇALVES GUIMARÃES

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 29/02/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Cílon César Fagiani
(Orientador)
Universidade de Uberaba – UNIUBE



Prof. Dr. Douglas Gonsalves Fávero
Universidade Federal de Uberlândia -
UFU



Prof. Dr. Osvaldo Freitas de Jesus
Universidade de Uberaba – UNIUBE

Dedico esta dissertação aos meus pais, Leandro e Rosimar. Obrigada pelo exemplo de carinho, amor, companheirismo e cuidado. Agradeço profundamente por ser filha de vocês e sinto um grande orgulho.

AGRADECIMENTOS

É difícil expressar a profunda gratidão que sinto ao alcançar o término desta jornada, percorrida de mãos dadas com tantas pessoas que me apoiaram e encorajaram ao longo do caminho. Sinto-me verdadeiramente privilegiada por estar rodeada por pessoas que não apenas me inspiram, mas que também me proporcionam a força necessária para buscar constante evolução.

Embora seja desafiador mencionar todos, gostaria de destacar alguns agradecimentos especiais. Em primeiro lugar, agradeço a Deus, esse amigo fiel que nunca me abandona. Aos meus pais, Rosimar e Leandro, que sempre estiveram presentes em cada momento da minha vida, superando distâncias físicas e nunca me desamparando.

Um agradecimento especial ao meu irmão Edu, fonte de inspiração para o meu tema de estudo. Agradeço pela amizade e pela paciência ao compartilhar seu mundo comigo. Ao meu marido Daniel, meu porto seguro, a quem admiro profundamente. Obrigada por ser meu maior incentivador e por nunca hesitar em oferecer o suporte necessário para os meus estudos. Agradeço por todas as vezes em que não me deixou desistir.

Ao meu filho Davi, que foi gestado e veio ao mundo durante a minha jornada de mestranda. Mesmo antes de nascer, você já me ensinava tanto. Obrigada por me mostrar minha força, filho! Ser sua mãe é um presente divino. À Daniela, minha miga e irmã de coração, que me acolhe em todas as áreas da minha vida, e no mestrado não seria diferente.

À Universidade Federal de Uberlândia, que tornou possível a realização desse mestrado por meio do Programa de Apoio à Qualificação (Quali-UFU). Aos colegas da Divisão de Folha de Pagamento da UFU, agradeço pela dedicação durante a minha ausência. Ao meu chefe, Vinícius, por não frustrar meus planos necessários à conclusão deste mestrado. Seu apoio foi essencial, obrigada.

Ao meu orientador, Professor Dr. Cílon, não tenho palavras para agradecer suas contribuições. Obrigada pela paciência ofertada desde o início, ao compartilhar seus conhecimentos comigo, que não tinha base teórica no campo educacional. Agradeço também a compreensão diante dos momentos de ausência exigidos pela maternidade.

Agradeço também aos membros da banca de qualificação e defesa, Dr. Osvaldo e Dr. Douglas, pelo cuidado ao lerem toda a minha dissertação e por contribuírem para sua melhoria. Não posso deixar de mencionar as secretárias do PPGEB, Ângela e Rosa, pela gentileza e eficiência em me auxiliar com os trâmites administrativos do mestrado.

Aos meus colegas da turma 7, pela parceria e troca de experiências durante a Pós-Graduação. A todos os outros amigos e colegas que contribuíram de alguma forma para essa conquista, meu sincero agradecimento.

Obrigada, obrigada e obrigada.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e, se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.” (Nelson Mandela).

GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Resumo:

Esta dissertação, elaborada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação na Linha de Pesquisa Fundamentos e Planejamento, surge da inquietação acerca da demanda de uma educação escolar afetiva e inclusiva, visando formar alunos aptos a conviver harmoniosamente com as diferenças. Os elevados índices de violência e preconceito chamam atenção para a necessidade da construção de bases educacionais sólidas que tenham como foco formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de lutar contra a exclusão social e toda forma de discriminação. Considerando o potencial da escola como espaço de interação social entre gêneros, religiões, biótipos, culturas e demais formas de diversidade, este trabalho tem como objetivo abordar questões relevantes sobre o tema de gênero e sexualidade na Educação Escolar, especificamente no Ensino Médio. A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, com análises embasadas na dialética. Para apoio metodológico e epistemológico recorremos à teoria de Antônio Carlos Gil, Antônio Joaquim Severino, Dermeval Saviani, entre outros. Diversos autores, como Guacira Lopes Louro, Jimena Furlani, e especialistas na área, contribuem para a discussão do problema de pesquisa. A legislação vigente, relatórios, dossiês e materiais coletados nas bases de dados da CAPES também foram considerados. Com base nas reflexões dos pesquisadores mencionados e confrontando dados relativos ao registro de violência decorrente de discriminação e preconceito, constatou-se a urgência em abordar as questões de gênero e sexualidade em ambiente escolar, com o intuito de reduzir os preconceitos e promover o respeito às diversidades. Como resultado da investigação, foi desenvolvido um produto de intervenção denominado "Cinema na Escola". Trata-se de uma cartilha com sugestões de filmes que possuem potencial para fomentar discussões sobre os temas de gênero e sexualidade. A atividade proposta visa promover reflexões individuais e coletivas direcionadas ao contexto da educação escolar, formando consciências esclarecidas e não preconceituosas.

Palavras-Chave: Educação Básica. Gênero. Sexualidade. Ensino Médio. Trabalho Docente.

GENDER AND SEXUALITY IN THE CONTEXT OF BASIC EDUCATION

Abstract:

This dissertation, developed within the scope of the Professional Master's Program in Education in the Research Line of Foundations and Planning, arises from the concern about the demand for an affective and inclusive school education aimed at educating students capable of harmoniously coexisting with differences. The high rates of violence and prejudice draw attention to the need for the construction of solid educational foundations focused on forming critical and reflective citizens capable of fighting against social exclusion and all forms of discrimination. Considering the potential of the school as a space for social interaction among genders, religions, biotypes, cultures, and other forms of diversity, this work aims to address relevant issues on the topic of gender and sexuality in School Education, specifically in High School. The research is of a bibliographic and documentary nature, with analyses based on dialectics. For methodological and epistemological support, we resort to the theories of Antônio Carlos Gil, Antônio Joaquim Severino, Dermeval Saviani, among others. Various authors, such as Guacira Lopes Louro, Jimena Furlani, and experts in the field, contribute to the discussion of the research problem. Current legislation, reports, dossiers, and materials collected from CAPES databases were also considered. Based on the reflections of the mentioned researchers and confronting data related to the registration of violence resulting from discrimination and prejudice, it was found the urgency to address gender and sexuality issues in the school environment, with the aim of reducing prejudices and promoting respect for diversities. As a result of the investigation, an intervention product called "Cinema in School" was developed. It is a booklet with suggestions for films that have the potential to foster discussions on gender and sexuality topics. The proposed activity aims to promote individual and collective reflections directed towards the context of school education, forming enlightened and non-prejudiced consciences.

Keywords: Basic Education. Gender. Sexuality. High School. Teaching Work.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ADO - Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior

CF – Constituição Federal

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

FACMAIS - Faculdade de Inhumas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Agêneros e outras.

MEC – Ministério da Educação

PPGEB/UNIUBE – Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação docente para a Educação Básica – Mestrado Profissional

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE – Plano Nacional de Educação

PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

STF - Supremo Tribunal Federal

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UNICAMP – Universidade de Campinas

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste

UNITRI – Centro Universitário do Triângulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resultados da busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES	26
Figura 2 - Manifestações contra Judith Butler.....	41
Figura 3 - Reportagem demonstrando que a AIDS foi atribuída aos homossexuais	43
Figura 4 - Resumo de conceitos	46
Figura 5 - LGBTFobia.....	48
Figura 6 - Discriminação de estudantes.....	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultados da pesquisa realizada pelo IBGE em 2019	45
----------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das pesquisas analisadas	27
-----------------------------------------------------	----

SUMÁRIO

MEMORIAL	15
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Considerações sobre os trabalhos analisados na revisão da literatura	25
1.2 Objetivo geral	34
1.3 Objetivos específicos	34
1.4 Percurso metodológico	34
1.5 Organização da Dissertação e do Produto	36
2 A QUESTÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL.....	37
2.1 Gênero, sexualidade, a legislação educacional e o cenário político	37
2.2 Desconstruindo estereótipos	40
3 DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	44
3.1 Somos todos diferentes	44
3.2 Os desafios da escola	50
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS	55
ANEXO	62

MEMORIAL

O “Memorial da experiência de formar-me pesquisadora”, requisito para conclusão deste Programa de Mestrado, inicialmente gerou diversas dúvidas sobre como elaborá-lo. Lembro-me perfeitamente da aula em que foi comunicada a necessidade desse texto, pois fiquei insegura do que exatamente deveria constar.

Deveria simplesmente relatar meus anos escolares, ou incluir informações relacionadas à minha experiência profissional? E se eu não conseguisse resgatar as lembranças mais importantes? As professoras e o professor responsáveis pela disciplina prontamente tranquilizaram minha turma, explicando detalhadamente como o memorial deveria ser construído.

A proposta era registrar momentos significativos da minha vida e destacar aqueles em que meus caminhos se entrelaçaram com o objeto da minha pesquisa. O interessante é que só percebi o quanto estava envolvida com determinadas questões ao escrever este memorial. Tentarei pontuar os eventos que marcaram minha trajetória, embora escrever sobre minhas memórias tenha sido uma tarefa desafiadora, dada minha exigência pessoal.

Fiquei refletindo sobre como poderia ter agido de forma diferente em algumas situações, mas, em contrapartida, senti orgulho da minha jornada. Concordo com meu pai quando diz que devemos estudar "para ser alguém na vida", pois reconheço que tudo o que sou e tenho hoje resulta de muito estudo. Quando penso em estudo, abordo todas as áreas da minha vida, buscando compreender psicologia, neurociência, comportamento, entre outros — tudo que contribua para minha busca por ser uma pessoa melhor e mais feliz.

O conhecimento nos abre portas para o pensamento crítico, para o amadurecimento. É o combustível que nos permite recusar uma vivência passiva e nos tornar protagonistas da nossa própria história. Aprendi de forma libertadora que meu bem-estar é mais importante do que tentar agradar constantemente aos outros. Isso requer um esforço contínuo para respeitar e ter empatia pelas pessoas, ao mesmo tempo em que sou fiel às minhas próprias preferências.

Antes de prosseguir, gostaria de me apresentar formalmente: sou Marcella Gonçalves Guimarães, nascida em 21 de fevereiro de 1989. Para me trazer ao mundo, meus pais atravessaram a ponte do Rio Paranaíba até um hospital em São Simão-Goiás, nosso estado vizinho. De acordo com a minha certidão de nascimento, sou goiana, mas me considero uma mineira nata, pois sempre vivi em Minas Gerais, o melhor estado do Brasil, detentor do autêntico pão de queijo.

Sou filha de pais jovens, que conquistaram esse título aos 20 anos: minha mãe, Rosimar e meu pai, Leandro. Aos 3 anos, ganhamos mais uma integrante na família, a Duquesa, nossa cadela da raça Pastor Alemão. No ano seguinte, minha irmã Duda chegou, completando nossa família.

Residi em Santa Vitória-MG até os 16 anos, e a experiência de crescer em uma cidade pequena proporcionou-me inúmeros momentos felizes. A liberdade de brincar na calçada, encontrar amigos na praça para pular elástico, andar de bicicleta, ou simplesmente conversar, criava uma infância repleta de diversão. Minha irmã, quatro anos mais nova, muitas vezes acompanhava-me em passeios e aventuras.

Entre 1974 e 2001, meu avô paterno foi proprietário de uma loja de sucesso na cidade, tornando a loja e nossa casa, construída no mesmo terreno, locais bem frequentados. Desfrutava da convivência com meu avô e seus funcionários, brincando de vendedora e explorando mercadorias. As lembranças dessa fase refletem a união e alegria de uma grande família. Além do convívio na loja do meu avô, tive babás que me tratavam com carinho.

Coleciono memórias de diversão com minha irmã e outras crianças da rua, embora, apesar da interação frequente, sempre tenha apreciado momentos de solidão, assistindo TV, lendo um livro ou ouvindo música.

Com meus pais trabalhando fora, desde pequena eu cumpria tarefas domésticas. Meu pai era muito exigente e vistoriava cada cantinho da casa. A resistência inicial às responsabilidades domésticas transformou-se em gratidão, reconhecendo a organização como uma de minhas principais qualidades.

Minha mãe trabalhava bem perto de casa, e essa proximidade prevaleceu até o ano 1995, quando iniciei minha vida escolar aos seis anos. Faz tempo, mas lembro bem o quanto fiquei desconfortável e com medo de ficar longe da minha mãe. Dias difíceis que foram superados com seu gesto afetuoso de se sentar discretamente na sala até eu me acostumar com o ambiente.

No Ensino Fundamental e Médio, concluídos na Escola Estadual José Paranaíba, desfrutei de uma educação pública pautada pela excelência. As boas amizades e envolvimento em atividades escolares marcaram essa fase. Minha avó paterna, professora na mesma escola, contribuiu para meu desenvolvimento, sempre com propostas de atividades lúdicas.

O prazer pela leitura foi cultivado por influências da família e da escola. A escola incentivava visitas constantes à biblioteca, meus pais liam bastante e minha avó me

presenteava com livrinhos interativos. Quando meu pai viajava a trabalho, ele sempre voltava com gibis. Tenho boas lembranças de ouvir as suas risadas lendo as historinhas.

Sabendo do meu prazer da leitura, mesmo ganhando pouco dinheiro, minha mãe fazia o esforço de manter a assinatura da revista *Capricho*¹. Por mais superficial ou banal que fosse a leitura da revista, tinha tudo a ver com o que me ocorria na época. O conteúdo daquela revista era o assunto entre minhas amigas, então eu achava o máximo estar sempre atualizada.

Participação em feiras de ciências, danças, e eventos culturais marcaram meu percurso escolar, embora as aulas de Educação Física fossem um desafio, evitadas por minha falta de afinidade com esportes, gerando incompreensão por parte de professores e colegas. Fora do ambiente escolar, meus pais matriculavam-me em diversas atividades, como cursos de datilografia, música e pintura na Casa da Cultura Municipal, enriquecendo meu tempo livre.

Concluí o Ensino Fundamental em 2003 e, em 2004, ingressei no Ensino Médio na Escola Estadual Prefeito José Franco de Gouveia. Em 2006, meu avô propôs que eu morasse em sua casa em Uberlândia-MG, expandindo oportunidades para a faculdade. Naquele mesmo ano deixei a casa dos meus pais, e em já em Uberlândia, concluí o Ensino Médio na Escola Estadual Ângela Teixeira da Silva, e, em 2007, iniciei a graduação em Ciências Contábeis no Centro Universitário do Triângulo (UNITRI).

Durante meu período de Universitária, minha irmã, que já se vestia de forma bem diferente das suas amigas, cortou os seus longos cabelos e mudou o rumo da sua vida, após finalmente entender a sua questão: apesar de habitar um corpo de menina, pensava, agia e se sentia como um menino! Edu me explicou que precisou percorrer um longo caminho, árduo e solitário, para entender a si mesmo. Durante o seu período escolar, findado em 2010, esse assunto não foi sequer mencionado na escola ou em casa, portanto sua infância e adolescência foram confusas e repletas de frustrações.

Além de me preocupar com os índices de preconceito e violência contra LGBTQIA+, acho necessário o tema Educação Sexual, no sentido de alertar crianças e adolescentes sobre a importância de conhecer seu corpo para lidar com suas questões sexuais de forma responsável. Além disso, esses alunos precisam dialogar sobre consentimento para que tenham a oportunidade de se defender contra abuso sexual.

¹ Pioneira em revista direcionada ao público feminino, *Capricho* foi lançada pela Editora Abril. Com a primeira edição publicada em 1952, seu foco era em fotonovelas. Nos anos 80, o conteúdo relativo a fotonovelas foi gradativamente substituído por informações de moda, beleza e comportamento (Machado; De Godoy; De Fátima Belancieri, 2013).

Diante dos fatos relatados, resolvi seguir as recomendações de Gil (2002), então antes de determinar o tema do estudo pesquisei sobre assuntos que gostaria de me aprofundar e, impulsionada por Edu, optei por ir adiante com “gênero e sexualidade”. Conforme Laville e Dionne (1999, p. 103), a definição do problema de pesquisa tende a nascer de uma inquietação pessoal “vaga e sentida” e o resultado da pesquisa proporcionará uma visão “consciente e racional” sobre o tema.

No ano de 2008 comecei a namorar o Daniel, que passou a ser meu parceiro nessa busca de melhorar de vida. Em 2012, nos mudamos para Campos Altos-MG, uma cidade muito pequena, em virtude de sua aprovação em um concurso público. Foi uma fase difícil, acabei ficando desempregada por mais tempo que o esperado, então por falta de opção, em 2013, iniciei também meus estudos para concursos.

O ingresso no serviço público em 2017, e a formalização da nossa união, com o casamento civil, realizado em 2018 de maneira intimista, marcaram minha trajetória. Em 2020, a oportunidade de retornar para Uberlândia surgiu, e motivada pelo contexto da pandemia, passei a trabalhar remotamente na Divisão da Folha de Pagamento (DIFOP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Até 2020, não planejava cursar mestrado, mas a reflexão durante a quarentena impulsionou-me a aceitar o desafio, escolhendo uma área diferente da graduação: a educacional. O título "Gênero e sexualidade no contexto da Educação Básica" reflete meu compromisso em abordar temas relevantes e contribuir para uma sociedade mais justa.

Não sei o que é sofrer preconceito, pois sou cisgênero, heterossexual e branca, adjetivos aceitos como norma em nossa sociedade. Entendo que, diante do meu objeto de pesquisa, ocupo lugar privilegiado. A preocupação em relação ao preconceito e discriminação da comunidade LGBTQIA+ tem esse lugar em minha história: a preocupação por si só. Não passei por situações de desconforto em relação à minha sexualidade.

Posso citar alguns episódios de violência de gênero, mas nada que tenha me afetado diretamente. Porém, até nos dias atuais, sinto uma resistência das pessoas quando me nego a seguir tradições que não fazem sentido pra mim, ou quando simplesmente me comporto de forma diferente do “usual”. Portanto a escrita desta pesquisa também dialoga com a minha dissidência.

Atualmente moro em Uberlândia-MG com o meu marido, meu filho Davi e nossa cadelinha Zara. Minha família me motivou diariamente a finalizar esse trabalho e quem sabe contribuir para uma sociedade mais justa e harmônica. Explorar as potencialidades de abordar

gênero e sexualidade na escola revela-se oportuno. Isso permite-nos debater e identificar as barreiras culturais que circundam os papéis de gênero, discutir o preconceito enraizado em nossa sociedade e alertar sobre a violência sexual.

Entendo que o título do meu trabalho pode causar incredulidade aos leitores, induzindo a pensamentos como: "Como alguém pode dissertar incentivando crianças e adolescentes a iniciar a vida sexual? É absurdo a pesquisadora sugerir que as escolas ensinem que cada um pode 'escolher' seu gênero! A ideologia de gênero não foi proibida? Certamente, a autora não tem filhos para pensar assim."

Não estou julgando quem quer que seja por essas reações. Reconheço que o tema pode gerar desconforto e confusão, mas esclareço desde já que minha intenção não é incentivar ninguém a ser gay, pois não possuo tal poder. Essa dissertação tampouco visa encorajar crianças e adolescentes a iniciarem a vida sexual.

Se me permitirem, apresentarei minha pesquisa fundamentada em dados concretos e evidências científicas. E, ao final desta leitura, caso mantenham seus pontos de vista, respeito plenamente. Este trabalho também trata disso: respeitar as diferenças, inclusive de opiniões.

1 INTRODUÇÃO

A Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) produziu um relatório sobre as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais durante o ano letivo de 2015.

Dados desse relatório, denominado Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil, destacam a persistente violação dos direitos humanos e enfatizam a necessidade urgente de direcionar esforços para transformar o ambiente escolar em um espaço seguro para todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou expressão de gênero (Reis *et al.*, 2016). Este estudo concentrou-se especialmente nas vítimas de casos graves de violência, que resultaram em morte, conforme passagem:

In memoriam ao Cleides Antônio Amorim, Professor da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis, assassinado em um bar da cidade com uma facada em 05 de janeiro de 2012 por um desconhecido cujo único motivo era “odiar viado” (Reis *et al.*, 2016, p. 9).

In memoriam ao Roliver Jesus dos Santos, um menino de 12 anos de Vitória-ES, que na véspera do Carnaval de 2012 se enforcou com o cinto da mãe. Na escola era alvo de piadas. “Eles o chamaram de gay, bicha, gordinho... Às vezes ele ia embora chorando”. Roliver deixou uma carta pedindo desculpas pelo suicídio e dizendo que não entendia por que era alvo de tantas humilhações (Reis *et al.*, 2016, p. 9).

Estes e outros casos reforçam a necessidade de abordar no espaço escolar, temas relativos à diversidade. O propósito é superar preconceitos e reduzir os índices de violência. Diante do exposto, a pesquisa tem como questão norteadora investigar quais são os assuntos relevantes para a formação de adultos com valores pautados no respeito às diversidades, no âmbito da temática de gênero e sexualidade.

Na dimensão teórico-metodológica, o estudo conta com o respaldo de autores renomados como Dermeval Saviani (1986, 2016), Antônio Carlos Gil (2002), Antônio Joaquim Severino (2013), Flick Uwe (2009), entre outros. No que se refere ao objeto da pesquisa, o apoio de especialistas dedicados à temática foi fundamental. Nesse contexto, destacam-se Jimena Furlani (2017), Mary Neide Damico Figueiró (2007, 2009, 2020) e Guacira Lopes Louro (2013), cujas contribuições forneceram fontes e argumentos para embasar as discussões contidas nesta dissertação.

A leitura do livro “Viagem solitária”, escrito pelo transexual João W. Nery, revelou-se fundamental para uma imersão mais profunda nos dilemas pessoais enfrentados pela comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Agêneros e outras (LGBTQIA+²).

É sabido que a educação pode ser compreendida como mecanismo de uniformização social, devido sua potencialidade de integrar todos os indivíduos. Nesse sentido, pode ser percebida como dispositivo contra a marginalidade e a favor da igualdade (Saviani, 1986).

Portanto, a educação será um instrumento de correção da marginalidade na medida em que contribuir para a constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica (Saviani, 1986, p. 9).

Esta pesquisa evidencia que a abordagem de gênero e sexualidade, mesmo rodeada de tabus, viabiliza práticas pedagógicas que visam à boa convivência com as diferenças físicas e sociais. Além disso, proporciona debates sobre consentimento, segurança e privacidade. Nesse sentido, dialogamos com um trecho da obra (Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades:

[...] a educação, em todos os níveis, do pré-escolar aos cursos de pós-graduação poderá se transformar em instrumento valioso de combate aos preconceitos, da desqualificação de sujeitos, da violência contra mulheres e crianças, da homofobia. Espaço privilegiado de produção e reprodução das relações sociais entre os sexos, atravessadas por relações de poder, a educação, se colocar em suas pautas prioritárias, as relações de gênero, poderá se transformar em signo de novos tempos com relações igualitárias e de respeito entre todas/os/es (Colling, 2022, p. 31).

A problemática em questão está inserida no contexto da Educação Básica, conforme estabelecido pela Lei nº 9.394/1996, conhecida como Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Educação Básica compreende três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, sendo este último o foco central desta pesquisa (Brasil, 1996).

Destaca-se a importância de abordar a questão do gênero e sexualidade na pauta escolar desde a infância, mais precisamente nos últimos anos da Educação Infantil, para que esse entendimento seja construído gradualmente durante a vida. É o que Furlani (2017) denomina como Cultura Educacional da Prevenção. Crianças e adolescentes têm o direito de

² Descrição retirada do texto “Corpo, gênero e sexualidade em livros didáticos de biologia: a atuação do grupo de pesquisa gênero, corpo, sexualidade e educação” (Ferreira *et al.*, 2023, p. 397).

construir conhecimento sobre sexualidade, permitindo-lhes compreender seus corpos, entender a noção de privacidade e identificar possíveis situações de abuso sexual.

Salienta-se a relevância do tema gênero e sexualidade na formação docente, para que eles consigam lidar com os questionamentos sobre o assunto. Apesar de não ser o foco da dissertação, alerta-se que mesmo os professores da educação infantil devem estar preparados.

Figueiró (2020, p. 349) descreve um episódio ocorrido na creche da Universidade Estadual de Londrina (UEL), em que uma aluna, de aproximadamente 4 anos, comparou uma abobrinha com um “pinto”. A educadora, diante desse comentário inusitado, sentiu-se constrangida e optou por ignorar a observação da criança, que percebeu imediatamente ter dito algo inadequado.

Esse incidente prático evidencia a construção de um tabu em torno do tema, dificultando que a criança se sinta à vontade para esclarecer suas dúvidas em ambientes considerados seguros. Ainda sobre o ocorrido na creche da UEL, a autora mencionou que a professora poderia ter feito uma investigação, em momento oportuno e reservado, para que fosse averiguado de que forma a criança teve contato com a parte íntima masculina, a fim de protegê-la de uma possível violência sexual (Figueiró, 2020).

Além de considerar a abordagem do tema, a escola deve levar em conta a faixa etária dos alunos, garantindo que a discussão dos tópicos seja adequada à sua maturidade. Figueiró (2009) sugere que a instituição desenvolva atividades artísticas relacionadas à ciência em colaboração com os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio. Um exemplo seria utilizar camisinhas vencidas, proporcionando aos alunos a oportunidade de familiarização com esse importante item de prevenção antes de iniciarem a vida sexual, evitando que se torne um objeto desconhecido.

As concepções sobre sexualidade são importantes em todas as fases da educação básica, pois se tratam de temas que devem ser abordados ao longo de toda a vida. Furlani (2017) destaca que, por ser um atributo natural do ser humano, a sexualidade influenciará a todos de alguma maneira, desde a infância até a velhice. Devido à sua relevância para o desenvolvimento humano, a sexualidade deve ser integrada ao planejamento de ensino (Ribeiro; Reis, 2007).

A variedade de termos associados a gênero e sexualidade pode tornar a compreensão desses conceitos ainda mais complexa, enfatizando a importância de considerar cada significado. Por exemplo, sexualidade refere-se às preferências sexuais de cada indivíduo (Wolff; Saldanha, 2016).

Já o conceito de gênero não diz respeito somente ao nosso sexo biológico, seu significado é complexo. Este termo é caracterizado como uma forte construção social que se manifesta ao longo da história, desempenhando um papel determinante na definição de hierarquias e relações de poder (Carreira 2019). A cultura e a política são os principais responsáveis pela atribuição de papéis a homens e mulheres (Colling, 2022).

Os estudos de gênero têm sido fundamentais para a mudança comportamental, pois envolvem questões como: o senso de pertencimento de gênero, as representações culturais acerca das masculinidades e das feminilidades, os significados sociais às práticas sexuais, as negociações entre homens e mulheres na adoção de práticas preventivas (Furlani, 2017, p. 189).

Em relação ao gênero, as mulheres continuam sendo destaque na distribuição de papéis, apesar dos avanços já alcançados no mercado de trabalho. Entretanto, persistem em desvantagem na busca pela igualdade de direitos. Além de assumirem uma parcela significativa das responsabilidades domésticas e do cuidado com os filhos, encontram-se em posição de vulnerabilidade diante de casos de violência sexual e doméstica (Gonçalves, 2016).

Articulada às questões de raça, sexualidade e classe social, gênero nos ajuda a compreender e a questionar as hierarquias, a fronteira construída socialmente do que é considerado superior, normal, correto, padrão, belo, prioritário, adequado por uma determinada sociedade em um determinado momento histórico, daquilo que é considerado inferior, desvio, marginal, patologia, secundário, inadequado (Carreira, 2019, p. 62).

É comum observar o ensino de gênero e sexualidade orientado para o determinismo biológico. A escola que opta por seguir exclusivamente esse caminho para ensinar aos seus alunos favorece “a ‘naturalização’ das desigualdades sexuais e de gênero na formulação dos enunciados que hierarquizam essas diferenças (por exemplo, premissas machistas, sexistas, misóginas e homofóbicas)” (Furlani, 2017, p. 9).

Mais do que resistir à pressão de se encaixar em determinados padrões, é essencial reivindicar o respeito às diferenças e promover o conhecimento de uma maneira mais abrangente, considerando o contexto social para compreender a singularidade de cada indivíduo. Nesse sentido, é necessário abordar as questões de gênero e sexualidade reconhecendo a complexidade que essa temática envolve.

Entre os anos 2000 e 2010 o Brasil contou com políticas públicas direcionadas à educação para a diversidade. Em contrapartida, os anos seguintes foram marcados por

intensos ataques aos estudos de gênero e sexualidade e uma sucessão de interferências desses temas na área educacional.

Dentre os exemplos estão o veto ao kit educativo denominado “*kit gay*”, a repreensão dos debates de gênero no Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e a exigência da censura dos temas que contemplam gênero e sexualidade na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), dentre outros (Silva *et al.*, 2023).

Portanto, o estudo da temática de gênero e sexualidade está cada vez mais desafiador, pois o fortalecimento do pensamento conservador ocorrido nos últimos anos e os ataques e interferências de cunho religioso dificultam a atuação da Educação Escolar (Silva *et al.*, 2023).

Refletir sobre a eliminação completa do preconceito pode ser considerado uma utopia, mas buscar sua minimização é uma meta alcançável. A educação pautada na diversidade emerge como uma urgência social, uma vez que a discriminação resulta em exclusão, limitação de oportunidades e agrava as dificuldades na vida social e econômica das minorias. O estudo de gênero e sexualidade é essencial para fomentar debates sobre todos esses fatores.

Os indicadores da violência decorrente da discriminação de gênero e sexualidade são alarmantes. No ano de 2021, o Brasil atingiu o marco de 316 mortes e casos de violência contra a comunidade LGBTQIA+, número então dividido em 285 assassinatos, 26 suicídios e 5 mortes por outras causas (Gastaldi *et al.*, 2022).

Segundo o mesmo documento, 90% das travestis e transexuais se prostituem. Um índice tão alto deixa evidente que essa população não possui outras oportunidades. São pessoas excluídas do mundo do trabalho, desfecho reforçado pela exclusão familiar, social e cultural (Gastaldi *et al.*, 2022).

Conservadores³ acreditam que abordar questões de gênero e sexualidade com crianças e adolescentes pode estimular uma vida sexual precoce ou influenciar sua orientação sexual. No entanto, censurar o tema pode colocar alunos e alunas em situação de vulnerabilidade. Isto porque, o número de vítimas de abuso sexual entre crianças e adolescentes é preocupante.

A Cartilha desenvolvida em 2021 pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do governo federal alerta que, segundo Azevedo e Guerra (2000), “01 (uma) em cada 03 (três) a 04 (quatro) meninas e 01 (um) em cada 06 (seis) a 10 (dez) meninos serão

³Exemplo disso é matéria a seguir: Odelmo Leão sanciona lei que proíbe ‘ideologia de gênero’ nas escolas de Uberlândia; leis semelhantes já foram consideradas inconstitucionais <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/07/05/odelmo-leao-sanciona-lei-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-uberlandia-leis-semelhantes-ja-foram-consideradas-inconstitucionais.ghtml> (Borges, 2023).

vítimas de alguma modalidade de abuso sexual até completarem 18 (dezoito) anos” (Azevedo e Guerra *apud* Cunha, 2021, p. 7).

É preciso considerar também, o aumento de ataques violentos às escolas brasileiras registrados desde o ano de 2002. A motivação por trás desses ataques está relacionada “racismo contra a população negra e indígena, o machismo, o discurso de ódio contra pessoas LGBTQI, a misoginia, e a chamada ‘ideologia de gênero’” (Cara, 2022, p. 10).

Além disso, esta pesquisa tem relevância social, considerando o papel que a escola tem que consiste em educar para promover o “desenvolvimento integral’ da criança, na contribuição para vida de uma ‘cidadania plena’, no ‘minimizar as desigualdades e promover a inclusão social’” (Furlani, 2017, p. 102).

Nesse sentido, a Educação Escolar se torna fundamental na formação de valores do indivíduo, pois é a porta de entrada para o diálogo intercultural e a saída para valorização e respeito de culturas, independente das diferenças existentes entre elas (Tavares, 2014).

Independentemente desse ou daquele paradigma pedagógico e político, a inclusão nos currículos escolares da educação sexual me parece óbvia, necessária, desejosa e coerente com uma escola útil à formação integral de crianças e jovens e à sociedade (Furlani, 2017, p. 102).

Desta forma, o ensino de temas que contemplem a discussão de gênero e sexualidade torna-se fundamental para cumprir a missão da escola. A instituição de ensino que recusa esse conhecimento aos seus alunos está negligenciando uma parte importante de sua função e não cumprindo com a formação integral dos sujeitos sociais (Furlani, 2017).

Os debates em torno desse universo contribuirão para a formação de cidadãos cada vez mais livres de preconceitos. Além disso, demonstrar para as crianças e adolescentes que a convivência com semelhantes e diferentes pode ser pacífica, cria-se a esperança de transformar ideologias e promover espaços sociais harmoniosos.

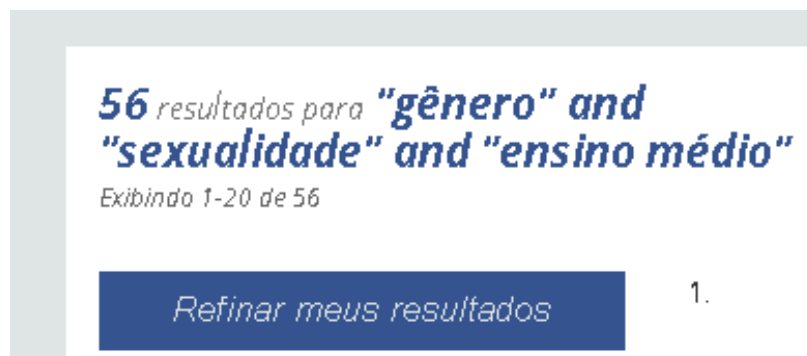
1.1 Considerações sobre os trabalhos analisados na revisão da literatura

Como etapa fundamental no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, foi realizado um levantamento bibliográfico preliminar (Gil, 2002), com o propósito de examinar os objetivos e progressos das investigações na área de gênero e sexualidade. Esse levantamento bibliográfico foi realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, localizado no endereço eletrônico <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

A plataforma foi escolhida pelo fato da CAPES ser uma importante Fundação do Ministério da Educação (MEC), responsável por avaliar os programas de mestrado e doutorado no país. Com atualizações semanais, o catálogo conta com dissertações e teses defendidas a partir do ano de 1987 (CAPES, 2023).

Ao utilizar os termos "gênero", "sexualidade" e "ensino médio", combinados com o operador booleano "and", a pesquisa inicial resultou em 196 registros. No processo de aprimoramento da busca, ao indicar "educação" como a área do conhecimento e delimitar o período de três anos (2020, 2021 e 2022), a pesquisa obteve como resultado 56 registros, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Resultados da busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES



Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES (2023).

Mediante a análise dos títulos e resumos das teses e dissertações, foram escolhidos seis trabalhos (conforme apresentado no Quadro 1) para a realização de comentários, dada a sua afinidade com os objetivos e abordagem desta pesquisa em curso. Uma leitura cuidadosa foi conduzida para cada obra, explorando sua estrutura, analisando metodologia, objetivos e conclusões. Quanto ao nível acadêmico, o *corpus* foi categorizado entre cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutorado.

Quadro 1 - Descrição das pesquisas analisadas

	TÍTULO	AUTORIA/ANO	TIPO	INSTITUIÇÃO
1	Gênero e educação: olhares de docentes do ensino médio sobre as relações de gênero e suas expressões na escola.	Camila Muniz do Nascimento/2021	Dissertação	Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
2	Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente.	Diane Ângela Cunha Custódio/2020	Dissertação	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás)
3	Marcas da religião na educação: gênero, sexualidade e formação docente.	Lucimar Da Luz Leite/2020	Tese	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
4	A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio e as diferentes expressões das diversidades: um estudo sobre invisibilidades e exclusão.	Natalie de Castro Almeida/2022	Dissertação	Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
5	Filme Alice Júnior: um olhar para alunos transgênero.	Kassia Dayana de Godoi/2022.	Dissertação	Faculdade de Inhumas (FACMAIS)
6	A censura ao trabalho docente: eventuais interdições da comunidade escolar sobre professores/as que abordam temas relacionados a gênero e sexualidade.	Alexandre Marini/2021	Dissertação	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Fonte: Elaborado pela autora.

“Gênero e educação: olhares de docentes do ensino médio sobre as relações de gênero e suas expressões na escola” foi a primeira dissertação analisada. Este estudo, conduzido na UFRPE pela pesquisadora Camila Muniz do Nascimento, teve como objetivo geral a análise das percepções de docentes do ensino médio em relação ao gênero e suas possíveis contribuições para a construção de estereótipos.

A autora optou por uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas direcionadas a participantes de seis instituições públicas e privadas em Recife. Os resultados indicaram que a temática foi majoritariamente bem recebida pelos professores; entretanto, a pesquisa revelou que "ainda persiste nas percepções dos docentes o desconhecimento sobre relações de gênero e sexualidade, além de narrativas impregnadas de estereótipos de gênero e crenças limitantes" (Nascimento, 2021, p. 10).

Na conclusão da pesquisa, tornou-se evidente que a intenção não era culpar os docentes pelas lacunas nas discussões sobre gênero na escola, mas sim buscar a melhor maneira de abordá-las visando à promoção da igualdade. A análise dos discursos revelou a ausência de um referencial teórico sólido na área, destacando "a presença de expressões e bordões ligados ao senso comum" (Nascimento, 2021, p. 100).

Além disso, a pesquisa registrou a queixa dos profissionais em relação à rigidez do currículo, que limita sua atuação em sala de aula. Observou-se ainda, que o gênero não faz parte do plano de ensino, restringindo a discussão a questionamentos dos estudantes durante as aulas. Outro resultado significativo foi a percepção de falas preconceituosas por parte de alguns professores, consideradas pela pesquisadora como "uma transgressão grave" (Nascimento, 2021, p. 101).

Nascimento (2021) destaca uma fala preconceituosa que, segundo ela, se mostra ainda mais preocupante por partir de um professor do ensino médio. Isso porque, os alunos podem reproduzir o discurso do docente, contribuindo para o crescimento dos números de violências a pessoas trans.

“Elton” levanta uma outra questão relevante para esse estudo, há em sua fala um elemento que parece denotar que o pensamento hegemônico e heteronormativo ainda é muito presente e naturalizado mesmo nas percepções de pessoas que enfatizam um “não-preconceito” em suas percepções de vida. Pois, quando o mesmo assinala que “há casos de homens que são casados com mulheres trans, então biologicamente são dois homens”, entendemos que há nessa sentença resquícios da percepção de que uma mulher trans deve ser considerada como homem, pois foi assim que sua formação biológica demonstra. Essa maneira de compreender a realidade, por si só, pode ser percebida como preconceituosa e ultraconservadora [...] (Nascimento, 2021, p. 84).

A escrita é concluída em defesa dos professores no que diz respeito à desvalorização da carreira e à resistência a projetos educacionais voltados para estudos de gênero. A pesquisadora enfatiza que conservadores acusam erroneamente a escola de doutrinação e de influenciar alunos a mudarem seu gênero, uma alegação que, segundo Nascimento (2021), não possui fundamento.

Quanto à segunda dissertação analisada, desenvolvida por Diane Ângela Cunha Custódio na PUC Goiás, intitulada "Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente", seu objetivo geral é "analisar a visão dos professores do ensino médio de Goiânia quanto à sexualidade" (Custódio, 2020, p. 17).

Portanto, enquanto o primeiro estudo focou em questões de gênero, o segundo tem o seu foco em sexualidade. Sua natureza é qualitativa e a pesquisadora determinou como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando-se de questionários, entrevistas e observação direta.

Concordamos com a autora ao ressaltar a relevância dos trabalhos desenvolvidos nos programas de Pós-Graduação em Educação, visto que esses estudos destacam a necessidade de formação continuada com ênfase nos estudos de gênero e sexualidade, apresentando potencial para contribuir significativamente para a promoção dessa causa (Custódio, 2020).

De acordo com a investigadora, a concepção acerca do termo gênero é admitida a partir do binarismo, tomando como aceita unicamente a relação homem e mulher ou macho e fêmea. A autora ainda afirma:

[...] o conflito se estabelece quando a sexualidade que vem sendo reprimida pela sociedade se manifesta, quando a pluralidade sexual não cabe mais no sistema binário e esse passa a ser questionado. Nesse momento, um papel assumido pelas instituições sociais, como família, escola, igreja, entre outras, é o de conter e reprimir esse conflito, impondo aos sujeitos o padrão de sexualidade considerado normal e adequado (Custódio, 2020, p. 110).

Segundo a pesquisadora, os currículos escolares são construídos na intenção de evitar os conflitos citados acima, por esse motivo os discursos sobre heterossexualidade compulsória se fazem presentes também na escola. Porém, a autora afirma que ignorar essa diversidade fomenta a desigualdade e o preconceito. Para mudar esse cenário é necessário investir em formação continuada para que os professores estejam preparados para ensinar além do senso comum (Custódio, 2020).

No decorrer de sua pesquisa, Custódio (2020) observou que muitos professores acreditam que a diversidade sexual seja uma escolha individual, o que pode alimentar preconceitos. Além disso, a estudiosa reconhece a complexidade da questão devido à precariedade encontrada na educação, já que sua pesquisa revelou a existência de professores ministrando aulas para as quais não são capacitados, visando o cumprimento de uma jornada de trabalho mínima para que sua remuneração não seja prejudicada (Custódio, 2020).

O terceiro trabalho, intitulado “Marcas da religião na educação: gênero, sexualidade e formação docente” é uma tese de doutorado desenvolvida na UEM por Lucimar da Luz Leite. A autora direcionou sua pesquisa a estudantes do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *Campus* de Campo Mourão, portanto

diferente das pesquisas apresentadas anteriormente, esta não foi realizada em ambiente escolar.

A tese é de análise qualitativa e tem como objetivo geral investigar discursos de 19 estudantes do 2º ano do curso de Pedagogia envolvendo a temática de gênero e sexualidade. A coleta de dados foi realizada por meio de grupo focal, com a realização de debates e preenchimento de questionário (Leite, 2020).

O estudo em questão é considerado relevante para a elaboração desta dissertação, visto que está em sintonia com as constatações acerca dos desafios enfrentados pela escola. Destacam-se, nesse contexto, a interferência religiosa e a fragilidade nos currículos de formação inicial como barreiras significativas para a efetividade da educação. A autora ressalta que, apesar de o Brasil ser um estado laico, os fundamentalistas detêm poder e influência em diversos setores sociais, inclusive na esfera escolar (Leite, 2020).

A pesquisadora chegou à conclusão de que a união da direita conservadora com as entidades religiosas cristãs e os idealizadores do movimento Escola Sem Partido, visa garantir "padrões (cis)normativos" (Leite, 2020, p. 128), recorrendo a discursos apelativos ancorados no senso comum. Um exemplo evidente desse fenômeno é a disseminação da chamada "ideologia de gênero", que, de acordo com Leite (2020, p. 15), "é um termo recentemente criado por grupos religiosos conservadores. Este termo é equivocado e não encontra respaldo nas teorias de gênero, na educação e nas práticas docentes".

Os acadêmicos entrevistados por Leite (2020) chegaram à conclusão de que a influência da religião e do movimento conservador Escola Sem Partido promove a disseminação do preconceito e inibe o desenvolvimento de políticas públicas educacionais. Durante a condução da pesquisa com acadêmicos do Curso de Pedagogia, Leite (2020) identificou resistência por parte dos entrevistados, reforçando, por essa razão, a necessidade de incorporar abordagens sobre gênero e sexualidade no currículo de formação inicial.

Também notamos que algumas crenças foram ressignificadas pelo aspecto da subjetividade, enquanto outras, conforme a influência dos princípios da religião cristã, estão impregnadas de sentidos normativos e naturalizados nas falas das/do participantes. Isso nos mostra que há certa resistência, inclusive, por parte das/o próprias/o acadêmicas/o em relação aos estudos de gênero e de sexualidade (Leite, 2020, p. 129).

O quarto trabalho selecionado está alinhado com o objetivo desta dissertação, pois investiga como a diversidade é percebida na BNCC, com ênfase no ensino médio. A autora Natalie de Castro Almeida conduziu sua dissertação na UNICENTRO, com o intuito de obter

informações sobre a representação da diversidade sexual, de gênero e étnico-cultural no texto da BNCC.

Não houve discussão sobre as questões étnico-culturais neste estudo, pois não é o seu objeto central, entretanto, reconheceu-se a sua relevância no contexto escolar. A avaliação dessas questões baseou-se na análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, incorporando tanto dimensões quantitativas quanto qualitativas, conforme destacado por Almeida (2022).

A pesquisadora conduziu uma análise das competências e habilidades estabelecidas pela BNCC para o ensino médio, abrangendo os três anos de escolarização destinados a alunos de 14 a 17 anos. No campo das habilidades contidas na BNCC, a autora observou que não houve qualquer menção específica a gênero e sexualidade. A análise das competências gerais reafirmou essa ausência ao ignorar os termos diversidade de gênero e sexual (Almeida, 2022).

Conforme indicado por Almeida (2022, p. 100) “obtiveram-se dados que expõem as invisibilidades e exclusões das diversidades sexuais, de gênero e étnico-raciais no currículo oficial brasileiro”. Assim como Custódio (2020), Almeida (2022, p. 102) enalteceu as pesquisas direcionadas à diversidade “o espanto e a movimentação acadêmica são parte de um caminho necessário para que haja cada vez mais produção de conhecimento desencadeada por pessoas que levantem essa bandeira”.

A dissertação de mestrado denominada como “Filme *Alice Júnior*: um olhar para alunos transgênero” foi a quinta selecionada. Kássia Dayana de Godoi, em seu estudo realizado na FACMAIS, apontou como objetivo “discutir a transgeneridade do ponto de vista conceitual e dentro dos espaços formais de ensino, por meio do filme *Alice Júnior*” (Godoi, 2022, p. 7).

Assim como a dissertação anterior, a pesquisadora apoiou-se na análise de conteúdo para avaliar situações percebidas no filme brasileiro. Contextualizou todo o percurso da personagem principal com a luta da comunidade LGBTQIA+, os significados dos termos e as polêmicas envolvendo a causa. Em seu levantamento de dados Godoi (2022) constatou que o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos países que mais matam pessoas trans no mundo.

A pesquisadora citou acontecimentos históricos para as pessoas LGBTQIA+ como o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da união estável de pessoas do mesmo sexo (2011), seguido pela autorização da conversão da união estável ou casamento (2013) e a

conquista de utilização do nome social (2016). Godoi (2022) aponta a criminalização da homofobia e transfobia como o maior avanço para a comunidade LGBTQIA+.

A dissertação de Godoi (2022, p. 37) fala sobre representatividade, mostrando o quanto é importante “a aparição de personagens não cis/heteros, e a princípio quando existiam em um filme, era sempre um exemplo a não ser seguido, por ser transgressivo, imoral e ter fins trágicos”.

Em sua conclusão, a pesquisa traz Paulo Freire defendendo o potencial transformador da escola somado à proposta de educação intercultural de Vera Maria Candau. A autora, que também é docente, afirma que os professores, devem ser figuras representativas de resistência ao preconceito para a promoção da inclusão (Godoi, 2022).

“A censura ao trabalho docente: eventuais interdições da comunidade escolar sobre professores/as que abordam temas relacionados a gênero e sexualidade” foi o sexto e último estudo elencado. A dissertação de mestrado de Alexandre Marini, da UEMG, objetivou investigar junto a professores do ensino médio de escolas públicas da capital mineira, de que forma ocorrem as interferências em suas aulas direcionadas à temática de gênero e sexualidade (Marini, 2021).

Questionários divulgados em redes sociais foram preenchidos por interessados em compartilhar vivências em relação às aulas direcionadas a gênero e sexualidade. Logo em seguida, o investigador realizou entrevistas semiestruturadas com gravação de áudio e vídeo. Marini (2021, p. 90) apresentou um trecho do discurso de uma professora que apresenta uma questão não muito abordada: a rigidez direcionada aos homens.

Hoje em dia eu percebo que, em minha trajetória com o feminismo, eu fui mudando a forma com que eu tratava gênero, e eu percebi que existia uma falha minha, enquanto mulher, de não trazer o masculino, de não acolher os alunos homens, por exemplo. E inflar um discurso de raiva mesmo em relação ao masculino, que já existe. Há algum tempo atrás, em minha trajetória de feminismo que eu comecei a rever isso e tomar mais cuidado em sala de aula, mas eu percebo em que grande parte de minha trajetória houve um desequilíbrio no tratamento de questões de gênero, pelo fato de eu estar do lado do oprimido. (Sandra)

Ao percorrer os trechos das entrevistas, torna-se evidente a angústia experimentada pelos professores devido à censura que enfrentam em seu ambiente de trabalho. Os relatos revelam a intensidade da perseguição, vigilância e até mesmo do temor experimentado pelos docentes durante a condução de suas aulas. Uma das professoras entrevistadas compartilhou

sua experiência de ter enfrentado um processo administrativo por abordar temas relacionados a gênero e sexualidade em sala de aula (Marini, 2021).

O ponto inicial desse episódio ocorreu quando uma aluna filmou a professora abordando o tema com os estudantes. Além das pressões externas à escola, a entrevistada mencionou ter sido alvo de reprovação por parte de outros professores, sem contar com o respaldo da direção naquela ocasião (Marini, 2021).

Na conclusão de sua pesquisa, Marini (2021) relembra eventos relacionados ao ano de 2018, primeiro ano do mandato do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Naquela época, percebia-se uma tensão significativa na área educacional, impulsionada pelos discursos do Presidente da República, que assegurou combater a chamada "ideologia de gênero", previamente mencionada nesta seção.

O autor elencou várias percepções retiradas das entrevistas com os docentes, dentre elas a necessidade de um amparo legal para a atuação em sala de aula, visto a preocupação que demonstraram em agir de forma correta;

a urgência, entre os próprios alunos e alunas, de que questões afins sejam abordadas na escola; [...] a noção de que o medo/receio [...], faz parte do cotidiano dos docentes que abordam temas relacionados a gênero e sexualidade (Marini, 2021, p. 115).

Os professores fizeram algumas sugestões, cientes da complexidade do contexto social e político da época, dentre elas: “Normas e regimentos que incluam e especifiquem de maneira clara, a abordagem desses temas; uma maior participação dos pais e mães na escola; a escola como ambiente acolhedor para alunos e alunas” (Marini, 2021, p.116).

Custódio (2020), Leite (2020) e Nascimento (2021) identificaram a presença da concepção de heterossexualidade compulsória, ou seja, relacionamentos entre homem e mulher são considerados o correto e o que for diferente disso são vistos como desvio à norma.

Além disso, durante o andamento dessa dissertação, foi identificada a necessidade urgente de cursos de formação continuada sobre o tema gênero e sexualidade para que os professores tenham rigor científico nessa área. Os pesquisadores citados compartilham dessa mesma percepção (Custódio, 2020; Marini, 2021; Nascimento, 2021).

A partir do exposto, apresentamos a questão norteadora da pesquisa que consiste em investigar na temática de gênero e sexualidade, quais os assuntos relevantes para formação de adultos com valores de respeito às diversidades?

1.2 Objetivo geral

Problematizar questões relevantes quanto ao tema de gênero e sexualidade na Educação Escolar, especificamente no Ensino Médio, visando à formação de adultos com valores de respeito às diversidades individuais e uma sociedade com índices de discriminação e preconceitos cada vez menores.

1.3 Objetivos específicos

- Verificar o que a legislação educacional brasileira diz a respeito do estudo do tema;
- Discorrer sobre o significado de gênero e sexualidade e conceitos correlatos;
- Analisar o impacto social da desconstrução de papéis de gênero;
- Investigar quais são os obstáculos da escola ao tratar sobre a aprendizagem do tema gênero e sexualidade.

1.4 Percurso metodológico

A classificação desta pesquisa com base em seus objetivos e procedimentos é delineada como descritiva e explicativa, conforme proposto por Gil (2002). A abordagem descritiva reflete a intenção de coletar dados sobre a violência direcionada à comunidade LGBTQIA+, os índices de discriminação escolar, e outros resultados pertinentes ao tema investigado. Simultaneamente, a abordagem explicativa busca formular hipóteses que, de acordo com Gil (2002, p. 42), "determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos".

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, de acordo com a metodologia de busca e interpretação de dados adotada pelo pesquisador, conforme indicado por Gil (2002). A pesquisa bibliográfica tem como propósito fundamentar teoricamente o objeto de estudo (Lima; Miotto, 2007) e se realiza por meio de consultas em livros, periódicos e outras fontes (Gil, 2002; Severino, 2013).

Essa pesquisa deve ser feita com cautela, abstendo-se de consultar fontes secundárias com vista a manter a integridade e veracidade dos dados coletados (Gil, 2002). Já a pesquisa documental:

Assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa (Gil, 2002, p. 45).

É importante destacar que os principais documentos essenciais para a condução desta investigação foram os relatórios de pesquisa que trouxeram dados relativos à violência decorrente de preconceito contra a população LGBTQIA+, indicadores de abuso sexual de crianças e adolescentes, e temas correlatos. A legislação também foi primordial para as análises e considerações aqui feitas.

A pesquisa é de abordagem qualitativa. De acordo com Flick (2009), uma das explicações para o crescimento do volume das pesquisas qualitativas é a necessidade de investigação das relações sociais devido à diversidade de estilos de vida que ficaram explícitas nos últimos tempos. Ainda segundo o autor, esse fato exige um novo olhar para o objeto empírico.

Pesquisadores feministas têm contribuído para a reflexão sobre os métodos qualitativos por meio do desenvolvimento de um programa de pesquisa para a análise das questões de gênero, das relações de gênero, da desigualdade e da negligência da diversidade. Esse programa foi desenvolvido, ao mesmo tempo, nos níveis da epistemologia, da metodologia e dos métodos de pesquisa, e teve uma influência valiosa na pesquisa qualitativa em geral (Flick, 2009, p. 79).

A base epistemológica considerada na presente pesquisa é a Dialética, que segundo Lima e Miotto (2007, p. 40):

Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas ou teóricas construídas sobre o objeto em questão.

Ainda sobre a Dialética, Severino (2013, p. 72) afirma que

Essa tendência vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico. Para esses pensadores, o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em coação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder. Daí priorizarem a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência

da sociedade humana. O paradigma dialético é uma epistemologia que se baseia em alguns pressupostos que são considerados pertinentes à condição humana e às condutas dos homens.

O Materialismo Histórico Dialético é caracterizado por diversos princípios fundamentais, destacando-se a totalidade, historicidade, complexidade, dialeticidade, praxidade, cientificidade e concreticidade, conforme abordado por Severino⁴ (2013).

1.5 Organização da Dissertação e do Produto

Primeiramente, apresenta-se a trajetória da autora, enfatizando eventos relacionados ao objeto de estudo por meio do “Memorial da experiência de formar-me pesquisadora”. Além disso, o texto está organizado em quatro seções, seguido pelas Referências utilizadas na investigação.

A seção 1 compreende a Introdução, onde são apresentadas a justificativa, a revisão de literatura e o problema de pesquisa que consiste em investigar “quais os assuntos relevantes para formação de adultos com valores de respeito às diversidades?”. Em seguida, são apontados o objetivo geral, os objetivos específicos e a metodologia de pesquisa.

A seção 2, intitulada "A questão do gênero e da sexualidade no contexto político e social", foi dividida em duas partes. Na subseção 2.1, denominada "Gênero, sexualidade, a legislação educacional e o cenário político", aborda-se o que a legislação brasileira apresenta sobre a temática, fornecendo apontamentos relacionados à política e ao contexto social.

Na subseção 2.2, intitulada "Desconstruindo estereótipos", são abordadas as intenções dos estudos de gênero, sua relação com a cultura e os efeitos da atribuição de papéis. A seção 3, "Diversidade e Educação", compreende a subseção 3.1 “Somos todos diferentes” onde são apresentados conceitos relacionados ao conteúdo de gênero e sexualidade. A subseção 3.2, “Os desafios da escola”, aborda as dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar na tentativa de implementar práticas educacionais sobre o assunto. E na seção 4 são apresentadas as Considerações finais.

O Produto Educacional encontra-se em anexo. Trata-se de uma cartilha desenvolvida na intenção de contribuir com o trabalho docente na Educação Escolar, em específico a alunos

⁴ Os detalhes de cada característica citada estão disponíveis nas páginas 72 e 73 da obra “Metodologia do Trabalho Científico”, escrita por Antônio Joaquim Severino (2013).

do Ensino Médio. A atividade sugerida tem o nome de “Cinema na Escola” e apresenta filmes com enredos relacionados ao conteúdo desta dissertação.

A proposta é que os docentes possam desenvolver atividades que envolvem a produção cinematográfica voltada para a questão do gênero e sexualidade na sociedade contemporânea provocando as consciências em formação e estimulando discussões. São atividades diversificadas na escola, onde os estudantes poderão assistir a um dos filmes e participar das discussões a respeito do tema e apresentar as suas opiniões sobre eles.

2 A QUESTÃO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE NO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

2.1 Gênero, sexualidade, a legislação educacional e o cenário político

Após evoluir gradualmente durante o desenvolvimento das oito Constituições Federais brasileiras, a educação foi então reconhecida como direito social na Constituição Federal de 1988. A partir desse marco, tornou-se “universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade. Em síntese, transformadora da realidade” (Carneiro, 2007, p. 22).

O artigo 205 da Carta Constitucional afirma que a educação é direito de todos e deve ser garantida pelo Estado e pela família. Ainda, segundo a Carta Magna, entre outros objetivos, a educação busca o pleno desenvolvimento da pessoa. Portanto o ambiente escolar deve ser capaz de contribuir não apenas para a alfabetização, mas também para a maturação emocional, cognitiva e social de seus alunos (Brasil, 1988). Para cumprir o que propõe a Constituição Federal do Brasil, foi sancionada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Brasil, 1996).

Diferente das leis educacionais anteriores, que ficavam a cargo do Poder Executivo, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi organizada por membros da área educacional, visando “fixar as linhas mestras de uma ordenação da educação nacional, orgânica e coerente”. Entretanto, no caminho percorrido até a sua publicação, em dezembro de 1996, a LDB “foi objeto de manobra que mudou inteiramente seu rumo” (Saviani, 2016, p. 381).

Apesar do status de estado laico, sabe-se sobre a grande influência de religiosos fundamentalistas ⁵ nas políticas públicas brasileiras. A primeira das diversas alterações na LDB comprova esse fato. A alteração em questão foi exigida pela Igreja Católica e realizada nos termos da Lei nº 9.475/1997, onde a disciplina ensino religioso tornou-se obrigatória para estudantes do ensino fundamental (Saviani, 2016).

Entre os anos 2000 e 2010 o Brasil contou com políticas públicas direcionadas à educação para a diversidade. Em contrapartida, os anos seguintes foram marcados por intensos ataques aos estudos de gênero e sexualidade e uma sucessão de interferências desses temas na área educacional (Silva *et al.*, 2023).

Exemplo disso ocorreu em 2011, quando congressistas conservadores vetaram o chamado “*kit gay*”, um material educativo. O episódio envolveu a suposta distribuição desse material nas escolas, acusado de influenciar crianças e adolescentes a adotar identidades LGBTQIA+. Em 2014, entidades religiosas uniram-se a congressistas, obtendo a supressão do debate sobre gênero no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Adicionalmente, foi registrada a demanda pela censura dos temas relacionados a gênero e sexualidade na BNCC (Silva *et al.*, 2023).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme o próprio nome sugere, foi elaborada para definir os saberes essenciais nas salas de aula de escolas públicas e privadas, visando garantir os direitos de aprendizagem definidos no Plano Nacional de Educação (PNE). Esses saberes essenciais devem estar alinhados com as dez competências gerais da educação básica, conforme estipulado na Base.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Brasil, 2018, p. 10).

A competência nove da BNCC destaca o estímulo ao respeito à diversidade. No entanto, apesar do texto dessa competência geral, durante o processo de desenvolvimento da BNCC ocorrido de 2015 a 2018, foram registrados ataques de grupos conservadores exigindo

⁵ O fundamentalismo consiste no “processo de interpretação literal da Bíblia, bem como a adoção inquestionável de um livro como referência única de ética moral” (FURLANI, 2017, p. 20). Portanto, são pessoas que contestam o estudo de gênero e sexualidade, alegando ser algo contra os princípios bíblicos.

a exclusão dos termos "gênero" e "sexualidade" que estavam presentes nas duas versões do documento (Silva *et al.*, 2023).

Diante dessa oposição à presença desses temas em toda a educação básica, o conteúdo relacionado à sexualidade foi limitado a aspectos biológicos e reprodutivos, enquanto a temática de gênero sequer foi abordada (Silva *et al.*, 2023).

A construção da BNCC teve início em 2015, sendo homologada pelo Ministério da Educação em relação ao conteúdo da educação infantil e ensino fundamental no ano de 2017. Sua conclusão ocorreu no final de 2018, quando também foi homologada a etapa do Ensino Médio (Brasil, 2018).

Por outro lado, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), consolidados em 1997 e 1999, introduziram os chamados Temas Transversais. Dentro desses temas, a Orientação Sexual destacava a necessidade urgente de incorporar gênero e sexualidade no ambiente escolar. Ao comparar os PCNs com a BNCC, foi possível concluir:

[...] que a BNCC limita a sexualidade unicamente em sua dimensão biológica, associando-a à prevenção de IST e gravidez na adolescência, aproximando-se, assim, de concepções médico-higienistas sobre a temática. Por esta lógica, a BNCC apresenta retrocessos quando comparada aos PCN, sobretudo o documento Tema Transversal Orientação Sexual, visto que o documento do final da década de 1990 apregoava que questões referentes à sexualidade deveriam ser trabalhadas pelos docentes das diferentes áreas do conhecimento. No que concerne à diversidade de gênero, embora a literatura aponte para problemáticas na sua abordagem pelos PCN, observamos a ocorrência de silenciamentos mais profundos desta temática na BNCC. Juntamente a tal ausência, verificamos ainda que o documento oficial analisado trata os conceitos direitos humanos e preconceito de maneira genérica, fato que poderá intensificar os silenciamentos destacados (Silva; Brancaleoni; Oliveira, 2019, p. 1552).

Em 2018, o Brasil testemunhou um fortalecimento da disseminação de ódio e preconceito contra mulheres e membros da comunidade LGBTQIA+, impulsionado pelos discursos sugestivos do então candidato Jair Messias Bolsonaro, que foi eleito Presidente da República com 55,13% dos votos válidos (Viscardi, 2020).

No primeiro ano de seu mandato, o presidente já deixou clara sua posição em relação à Educação ao apresentar o projeto Future-se, que visava retirar do Estado a responsabilidade pelo financiamento das universidades federais, pondo fim à autonomia universitária (Filgueiras; Duck, 2019).

O Presidente eleito em 2018 é o principal representante da extrema-direita brasileira, onde se podem identificar três correntes distintas: a neofascista, a ultra-neoliberal e a militar tradicional. Dentro da corrente neofascista do Governo Bolsonaro, destacam-se características notáveis, como o uso das redes sociais para mobilizar "a massa do movimento neofascista – fornecendo-lhe razões reais ou imaginárias para ataques e agressões aos adversários" (Filgueiras; Duck, 2019).

Em consonância com todos esses movimentos de repreensão aos estudos de gênero e sexualidade, em 2019, houve a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi). Esta Secretaria se encarregava de promoções para a redução da desigualdade e incentivo à diversidade na escola (Silva *et al.*, 2023).

O ex-presidente Jair Messias Bolsonaro agiu em prol da dissolução do Ministério dos Direitos Humanos, dando lugar a uma nova configuração denominada Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, liderado por Damares Alves (Soares, 2019).

A então Ministra selecionada pelo ex-presidente ficou conhecida pelas inúmeras frases polêmicas formuladas, segundo ela, com a intenção de resgatar o conservadorismo. Em seu discurso, deixava claro o seu pensamento rígido em relação aos estereótipos de gênero e sua visão da mulher como responsável pelo lar e pelos filhos (Soares, 2019).

Obviamente o preconceito e a difamação relacionada às questões de gênero não nasceu com o Governo Bolsonaro. Desde o ano de 2014, a política brasileira tem registrado acontecimentos marcantes, como a formação de grupos organizados para atuar contra os movimentos em prol das diversidades de gênero e sexualidade, o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, além do cenário de crise econômica e desemprego que marcaram a época (Miskolci; Pereira, 2018).

2.2 Desconstruindo estereótipos

Em 2017, a filósofa Judith Butler foi surpreendida ao visitar o Brasil com o propósito de ministrar uma palestra sobre democracia no SESC Pompeia, na capital de São Paulo. A renomada filósofa americana, reconhecida pelos seus estudos sobre gênero, foi recebida com protestos desrespeitosos (Figura 2), promovidos por manifestantes indignados com a sua presença (Miskolci; Pereira, 2018).

Figura 2 - Manifestações contra Judith Butler



Fonte: El País, 2017

O ocorrido escancarou que o Brasil atravessa tempos difíceis, marcados por sentimentos de ódio e intolerância. As manifestações agressivas causaram espanto tanto entre os brasileiros quanto entre estrangeiros, especialmente aqueles envolvidos na área acadêmica e na militância de Direitos Humanos.

Grupos como o Direita São Paulo e o Movimento Brasil Livre projetavam em Butler a personificação do que denominam ‘ideologia de gênero’. Suas palestras versavam sobre democracia, mas o foco de protesto foram suas teorias sobre gênero e sexualidade” (Miskolci; Pereira, 2018, p.1).

Nota-se a necessidade de discutir sobre o verdadeiro significado dos estudos de gênero e suas interseções com a cultura. Judith Butler, em uma entrevista publicada pela Folha de São Paulo, esclarece por que sua constatação sobre gênero tem caráter performativo. Essa explicação foi detalhada em sua obra de 1989, traduzida para o português em 2003, com o título "Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade".

A cada um de nós é atribuído um gênero no nascimento, o que significa que somos nomeados por nossos pais ou pelas instituições sociais de certas maneiras. Às vezes, com a atribuição do gênero, um conjunto de expectativas é transmitido: esta é uma menina, então ela vai, quando crescer, assumir o papel tradicional da mulher na família e no trabalho; este é um menino, então ele assumirá uma posição previsível na sociedade como homem. No entanto, muitas pessoas sofrem dificuldades com sua atribuição — são pessoas que não querem atender aquelas expectativas, e a percepção que têm de si próprias difere da atribuição social que lhes foi dada. A dúvida que surge com essa situação é a seguinte: em que medida jovens e adultos

são livres para construir o significado de sua atribuição de gênero? (Junior, 2015, s/p).

A expectativa gerada antes mesmo do nascimento de um indivíduo pode ser descrita como sexo-gênero-sexualidade, ilustrando a sequência dos comportamentos esperados. Quando o órgão genital é identificado como masculino ou feminino, espera-se uma atração física pelo sexo oposto, validando assim o relacionamento heterossexual (Baliscei, 2020).

Em resposta ao manifesto contra a sua presença, Butler esclarece ser contrária ao estupro, assédio e violência sexual. Ela também expressa preocupação com aqueles que enfrentam ataques por não corresponderem às expectativas de gênero impostas socialmente (Junior, 2015).

A filósofa justifica ainda que a intenção dos estudos de gênero, diferente do que os manifestantes sugeriram, trata-se da investigação e observação do que os traços culturais representam nas definições do que é “ser mulher” ou “ser homem”. Portanto, essa performatividade de gênero mostra-se complexa, uma vez que a cultura está em constante transformação e, muitas vezes, é algo de difícil desconstrução (Junior, 2015).

A atribuição de cores ao gênero ilustra essa metamorfose cultural. Segundo Baliscei (2020, p. 225) “o uso generificado das cores é uma construção social, portanto, passível de questionamento”. Em sua análise, o autor identificou culturas nos séculos XVII e XVIII em que todos os bebês utilizavam roupas na cor branca, independente do gênero. Ele afirma ainda que o uso de vestidos, tanto por meninas quanto por meninos, era algo comum, uma vez que facilitava a troca de fraldas (Baliscei, 2020).

João Paulo Baliscei (2020, p. 228) constatou também, que em determinada época, os meninos usavam rosa por ser considerado um tom de vermelho. Isso ocorria porque a cor vermelha era associada a líderes políticos e simbolizava força, determinação e sangue. Por outro lado, as meninas usavam a cor azul devido à sua delicadeza e leveza, além das associações com a iconografia cristã.

Outro exemplo do impacto de estereótipos ocorreu com a chegada da Síndrome da Imunodeficiência Humana (AIDS) no Brasil. Apesar de existirem registros de discussões envolvendo gênero e sexualidade no ambiente escolar desde os anos 1920, esses debates intensificaram-se apenas nos anos 1980, impulsionados pela preocupação com a AIDS e a gravidez na adolescência (Ribeiro; Reis, 2007).

De maneira preconceituosa, a doença foi erroneamente considerada exclusiva de homossexuais (Figura 3), o que resultou na contaminação de várias pessoas heterossexuais que acreditaram nessa teoria (Ribeiro; Reis, 2007).

Figura 3 - Reportagem demonstrando que a AIDS foi atribuída aos homossexuais



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (2003).

A figura 3 é um recorte de uma publicação no jornal Notícias Populares, datada do ano de 1983. Naquele momento, a AIDS também era conhecida como a doença dos 5H – homossexuais, hemofílicos (portadores de um distúrbio que afeta a coagulação do sangue), haitianos, heroínômanos (usuários de heroína) e hookers (termo em inglês que significa profissionais do sexo) (FIOCRUZ, 2003).

Os papéis de gênero e sexualidade considerados ideais também são refletidos em conteúdos consumidos em momentos de lazer, como filmes, séries, músicas, documentários e outros. Por isso a representatividade é tão importante.

[...] artefatos culturais produzem significados do que é ser homem, mulher, homossexual, negro, índio, gaúcho, entre outras identidades. São essas construções, produzidas no interior de determinados discursos e práticas sociais imbricadas em relações de poder, que instituem os sujeitos e a cultura. Tais artefatos contêm pedagogias culturais que ensinam modos de ser, estar e entender o mundo, construindo e reproduzindo significados sociais (Magalhães; Ribeiro, 2013, p. 45).

A normatização de papéis fomenta o preconceito e estimula situações de violência. Não é raro que a mulher seja colocada em posição de submissão ao homem, ou seja, menosprezada no mercado de trabalho (Gonçalves, 2016). O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) registrou um aumento de 6,1% nos casos de feminicídios e de 2,9% nos casos de violência doméstica em relação ao ano anterior.

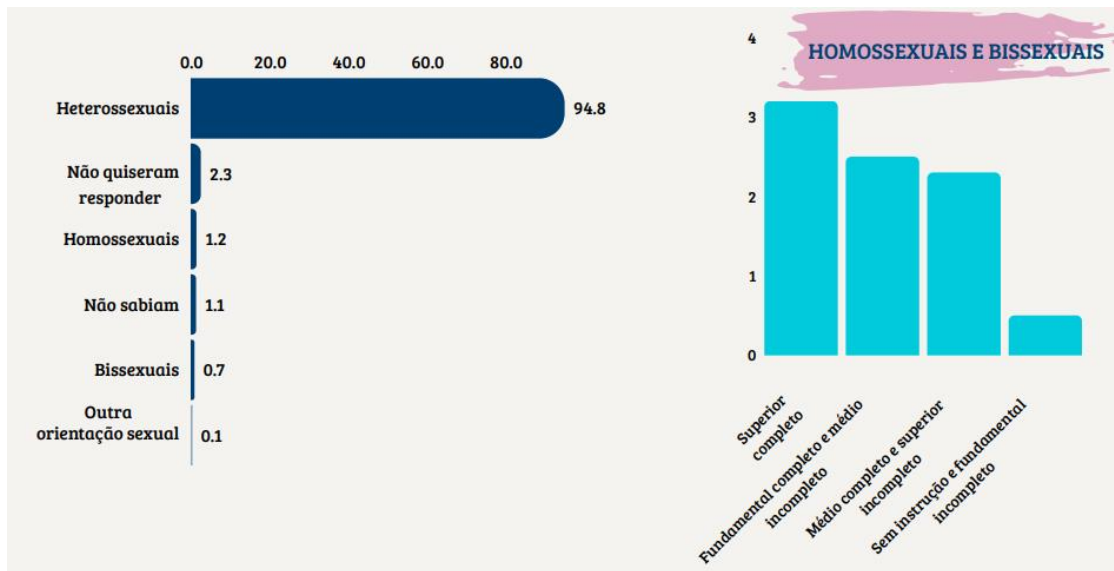
Por esses e outros motivos, Furlani (2017) destaca a importância do desenvolvimento de atividades pedagógicas em que meninos e meninas compartilhem o mesmo espaço e brinquem com os mesmos brinquedos, evitando assim a ocorrência de definições rígidas de papéis de gênero no ambiente escolar. As concepções dessas crianças serão moldadas a partir das experiências lúdicas.

3 DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO ESCOLAR

3.1 Somos todos diferentes

Em 2019, pela primeira vez na história, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Ministério da Saúde, conduziu uma pesquisa com o objetivo de realizar um levantamento sobre a autodeclaração da orientação sexual dos brasileiros maiores de 18 anos (Gráfico 1). Diferentemente do censo realizado anualmente, os próprios entrevistados assinalaram as respostas, preservando assim sua privacidade. A coleta foi realizada de forma experimental, seguindo a abordagem adotada por outros países (IBGE, 2022).

Gráfico 1 - Resultados da pesquisa realizada pelo IBGE em 2019



Fonte: Gráfico elaborado pela autora / Dados: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 (IBGE, 2022)

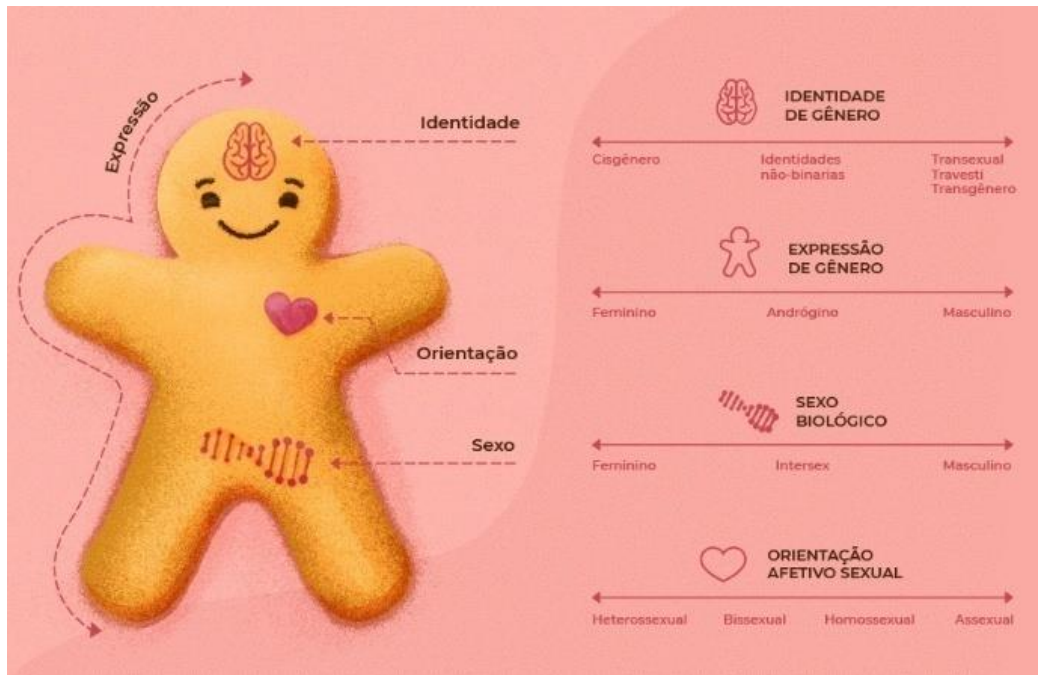
Após a consolidação dos resultados, observou-se que 94,8% da população brasileira se considera heterossexual; 1,2% homossexual; 0,7% bissexual; 0,1% informaram outra orientação sexual. 1,1% não sabiam responder e 2,3% optaram por não responder a pesquisa. Na conclusão do estudo foi constatado que a maior parcela dos que se manifestaram homossexuais ou bissexuais, possui ensino superior e maior renda (IBGE, 2022).

Portanto há grandes chances de que essa representação tenha relação com uma melhor compreensão dos termos utilizados na pesquisa (IBGE, 2022). Como destaque, registra-se o fato de que o percentual dos entrevistados que se recusaram a responder à pesquisa representa um número expressivo de 3,6 milhões de pessoas. Sobre isso, a coordenação da pesquisa esclareceu:

O número de pessoas que não quiseram responder pode estar relacionado ao receio do entrevistado de se autoidentificar como homossexual ou bissexual e informar para outra pessoa sua orientação sexual. Diversos fatores podem interferir na verbalização da orientação sexual, como o contexto cultural, morar em cidades pequenas, o contexto familiar, se sentir inseguro para falar sobre o tema com uma pessoa estranha, a desconfiança com o uso da informação, a indefinição quanto a sua orientação sexual, a não compreensão dos termos homossexual e bissexual, entre outros (IBGE, 2022, s/p).

Conforme representado pelos dados da pesquisa, há uma grande quantidade de conceitos envolvendo gênero e sexualidade (Figura 4). Por esse motivo, esta seção tem a missão de facilitar a compreensão desses termos e expressões e esclarecer alguns pontos.

Figura 4 - Resumo de conceitos



Fonte: Nonada – Jornalismo Travessia (2022).

O ensino de gênero e sexualidade é frequentemente equivocado como apologia pela sociedade conservadora (Miskolci; Campana, 2017). No entanto, não se pode negar a urgência social de debater e problematizar esses conceitos nas escolas, utilizando informações científicas para contradizer definições estabelecidas pelo senso comum. Esse movimento é efetuado por meio da Educação Sexual, a qual envolve:

toda ação ensino-aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja ao nível de conhecimento de informações básicas, seja ao nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionados à vida sexual (Figueiró, 2007, p. 26).

Orientação sexual ou sexualidade refere-se às preferências sexuais de cada indivíduo. Por outro lado, o termo gênero ou expressão de gênero está intimamente relacionado às características sociais culturalmente atribuídas ao sexo feminino ou masculino (Wolff; Saldanha, 2016).

Gênero é considerado uma forte marca social percebida ao longo da história, atuando como um fator determinante na definição das hierarquias e relações de poder (Carreira, 2019). Conforme contemplado na seção anterior, é incoerente acreditar na rigidez na determinação

de características de gênero, visto que essas serão percebidas de forma diferente, conforme a época e o local (Junior, 2015).

Uma subcategoria de gênero classifica as pessoas como cisgêneros, ou seja, masculinas ou femininas, transgêneros (trans-homem ou trans-mulher) e não binárias, que são aquelas que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o feminino (Wolff; Saldanha, 2016).

A palavra "sexo" faz referência à característica natural definida no nascimento, classificando os indivíduos como machos (masculino), fêmeas (feminino) ou intersexuais, em substituição ao termo antiquado "hermafrodita", que já não é mais empregado (Wolff; Saldanha, 2016). Por sua vez, a "identidade de gênero" é o termo utilizado para determinar se o indivíduo se identifica com o seu sexo biológico (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

A expressão "cisgênero" refere-se àquele ou àquela que reconhece seu gênero com base no órgão genital identificado no nascimento (Ribeiro *et al.*, 2022). Já o termo "transgênero" é atribuído a indivíduos que, identitária e psicologicamente, se identificam com o sexo oposto ao que lhes foi designado biologicamente, apesar de terem nascido em determinado sexo. (Gonçalves; Gonçalves, 2021). A expressão "LGBTfobia" representa um reflexo do preconceito estrutural enraizado em nossa cultura, como argumentado por Gonçalves *et al.* (2020, p. 7):

Define-se por LGBTfobia todo e qualquer tipo de conduta decorrente de uma aversão à identidade de gênero e/ou orientação sexual de alguém que possa gerar dano moral ou patrimonial, lesão ou qualquer tipo de sofrimento físico, psicológico e/ou sexual ou morte.

É fundamental instruir os estudantes de que a LGBTfobia não deve ser encarada apenas como bullying, mas sim como um crime. Em conformidade com o artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal (CF) de 1988, a República Federativa brasileira tem como objetivo assegurar o bem-estar da população, afastando toda forma de discriminação (Brasil, 1988).

De acordo com a Figura 5, estudantes LGBTQIA+, ao participarem de uma pesquisa, relataram episódios de insegurança no ambiente escolar. Esses alunos perceberam rejeição em relação à sua orientação sexual, expressão de gênero, identidade de gênero e até mesmo em relação ao seu peso ou tamanho, entre outras características. 60,2% dos entrevistados afirmaram sentir-se intimidados devido à sua orientação sexual, enquanto 42,8% mencionaram sentir-se constrangidos em relação à sua expressão de gênero (Reis *et al.*, 2016).

Figura 5 - LGBTFobia



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 – ABGLT (Arte: Caio Ramos/Nonada Jornalismo).

Devido à ausência de uma legislação específica para lidar com crimes direcionados à população LGBTQIA+, em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) deliberou por meio do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26. Nesse contexto, decidiu-se incluir os atos de homofobia e transfobia como tipos penais equiparados ao crime de racismo, conforme estabelecido pela Lei nº 7.716/89, até que uma lei específica seja promulgada (Brasil, 2019).

Estudantes LGBTQIA+, que foram alvo de comentários LGBTfóbicos na escola, afirmaram ter enfrentado essa violência não apenas por parte dos colegas, mas também por professores e demais funcionários da instituição. 72,6% desses estudantes relataram ter sofrido agressão verbal devido à sua orientação sexual, enquanto 68,0% afirmaram ter enfrentado agressão em virtude de sua identidade de gênero. Além disso, esses estudantes perceberam uma maior vulnerabilidade nos banheiros (Figura 6) e durante as aulas de educação física (Reis *et al.*, 2016).

Figura 6 - Discriminação de estudantes



Fonte: Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 – ABGLT (Arte: Caio Ramos/Nonada Jornalismo).

Além de todos os termos e assuntos citados, é necessário falar sobre privacidade com os estudantes. É muito importante abordar a questão do gênero e sexualidade na pauta escolar desde a infância, mais precisamente nos últimos anos da Educação Infantil, para que esse entendimento seja construído gradualmente durante a vida Furlani (2017).

É o que Furlani (2017) denomina como Cultura Educacional da Prevenção. Crianças e adolescentes têm o direito de construir conhecimento sobre sexualidade, permitindo-lhes compreender seus corpos, entender a noção de privacidade e identificar possíveis situações de abuso sexual.

Ter sua intimidade violada na infância trará conseqüências emocionais para a criança, que podem levar a vida inteira para ser restauradas. Além disso, o abuso infanto-juvenil tem o poder de despertar o interesse sexual prematuro, roubando fases da vida de quem foi violentado. Outras conseqüências psicológicas são as perturbações no sono, os acessos de raiva, ansiedade, mudança de humor, depressão e até tentativa de suicídio (Cunha, 2021).

3.2 Os desafios da escola

De forma compulsória, a educação é assegurada pela LDB a todas as pessoas, a partir dos quatro anos de idade (Brasil, 1996). Para crianças de zero a três anos, a lei prevê o apoio de creches na Educação Infantil, embora não seja obrigatório. Essa falta de obrigatoriedade dificulta o retorno ao trabalho das mães, resultando em uma queda na renda familiar, especialmente em um período de maior necessidade. Diante deste fato, a realidade das famílias brasileiras que procuram as creches nos primeiros meses de vida da criança devido à necessidade de retorno ao trabalho é dificultada pelo fato da oferta de creches públicas não ser obrigatória.

O fato dos filhos iniciarem a vida escolar tão cedo não isenta os pais da responsabilidade de orientá-los sobre questões relacionadas aos temas de gênero e sexualidade. Percebe-se que, muitas vezes, as famílias evitam abordar o assunto até mesmo por não ter tido contato com o tema, portanto não se sentem preparados para conduzir essa conversa (Figueiró, 2009).

É importante destacar que a convivência diária com os pais já representa uma forma de educação para esses estudantes. Seus valores são moldados ao observar o comportamento, gestos e atitudes dentro de casa, independentemente de serem conservadores, liberais ou repressivos. Além disso, as atitudes adotadas no ambiente escolar têm o potencial de exercer uma influência significativa na trajetória educacional desses alunos (Figueiró, 2009).

À medida que as crianças iniciam a vida escolar cada vez mais cedo, cresce a responsabilidade da escola em abordar a diversidade, embora isso não isente a família da obrigação de discutir questões relacionadas a gênero e sexualidade. Isso é particularmente relevante considerando que bebês e crianças pequenas passam significativo tempo na companhia dos educadores. Apesar de funcionarem como uma rede de apoio, muitas questões relacionadas a essa temática recaem sobre as creches e escolas.

A conduta dos educadores ao abordar temas relativos à diversidade, mais precisamente sobre gênero e sexualidade, mostra-se importante também quando se trata de alunos do ensino médio. Isso porque esses estudantes estão no momento de formação e transição para a vida adulta (Furlani, 2017).

Uma instituição de ensino comprometida com uma educação para a diversidade deve não apenas reconhecer, mas também abordar e discutir a realidade de uma sociedade heterogênea. Esta sociedade é naturalmente composta por uma ampla variedade de corpos,

cores de pele, personalidades, posicionamentos políticos, orientações sexuais, entre outros elementos (Cardoso, 2014).

Além disso, é importante explicar que o sentimento de estranhamento diante do que é diferente é comum e não implica necessariamente em ser preconceituoso. O preconceito surge quando se considera que aquela pessoa diferente é de alguma forma inferior (Cardoso, 2014).

Nesse contexto:

[...] estimular na escola, simplesmente, o respeito à diversidade de pensamento e comportamento, pode-se estar legitimando as desigualdades entre as pessoas, que devem ser superadas. O educador atento, ao trabalhar com valores relacionados com diversidade e igualdade, saberá distinguir a ideia de pessoa diferente com aquela tratada como desigual e, portanto, excluída (Cardoso, 2014, p. 13).

Ainda sobre diversidade, Louro (2013) oferece uma reflexão sobre a abordagem convencional adotada nas escolas. A especialista destaca a importância de eventos e atividades que ocupam temporariamente o calendário escolar, como o Dia do Índio, o Dia da Mulher, a Semana da Consciência Negra, entre outros.

No entanto, ela ressalta que essas abordagens superficiais tendem a colocar esses sujeitos em evidência apenas de maneira momentânea, atribuindo-lhes a posição de "exótico, alternativo e acessório" (Louro, 2013, p. 46).

Apesar do orçamento reduzido e da carga horária de trabalho exaustiva, a escola deve dedicar atenção à proteção dos alunos no ambiente escolar. A promoção da sensação de segurança e o cuidado em relação a práticas LGBTfóbicas na escola têm o poder de influenciar significativamente a trajetória educacional de um aluno. Quando sujeitos a níveis mais elevados de agressão, os estudantes ficam duas vezes mais propensos a faltar à aula (Reis *et al.*, 2016).

Quando ocorrem episódios preconceituosos ou situações de constrangimento envolvendo estudantes LGBTQIA+, e a escola não se posiciona a favor da vítima, a decisão de abandonar os estudos pode ser considerada a alternativa mais viável. Conforme uma pesquisa conduzida em 2016 pela Comissão da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estima-se que 82% das pessoas trans e travestis deixem a escola ainda durante a Educação Básica (Almeida, 2016).

Com a escolaridade limitada, observa-se que apenas 4% da população trans feminina ocupa empregos formais, enquanto 6% estão envolvidas em atividades informais ou subempregos. Segundo Fagiani (2018) uma escolaridade de nível superior pode proporcionar

157% a mais na renda das pessoas comparado com a renda da escolaridade de nível médio. De maneira mais preocupante, constata-se que 90% das travestis e transexuais obtêm seus rendimentos através da prostituição. Esse índice alarmante evidencia a falta de outras oportunidades para essa população, que se encontra excluída do mercado de trabalho, situação agravada pela exclusão familiar, social e cultural (Gastaldi *et al.*, 2022).

O empenho em se tornar uma escola acolhedora traz recompensas tangíveis na redução dos índices de evasão escolar. A pesquisa conduzida por Reis (*et al.*, 2016) demonstra que instituições de ensino que assumem uma postura favorável em relação aos alunos LGBTQIA+, com o intuito de promover respeito e inclusão, proporcionam aos estudantes um sentimento de pertencimento e minimizam a probabilidade de experimentarem sensação de insegurança ou vontade de faltar às aulas.

Para alcançar sucesso nessas questões, sugere-se ajustes nos currículos dos cursos de formação de professores, incluindo o tema do respeito e diversidade sexual. A formação continuada também se mostra fundamental. Com seriedade e embasamento teórico, a escola deve contar com materiais didáticos que tenham como objetivo promover o respeito, independentemente das características pessoais. Adicionalmente, é essencial que as práticas de ensino sejam supervisionadas regularmente para evitar que o projeto seja negligenciado (Reis *et al.*, 2016)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De posse de todas essas informações, é possível concluir que o estudo da temática está cada vez mais desafiador, pois o fortalecimento do pensamento conservador ocorrido nos últimos anos e os ataques e interferências de cunho religioso dificultam a atuação da Educação Escolar.

Como contribuição social, além de todos os apontamentos realizados no decorrer da investigação, como Produto Educacional, desenvolvemos uma cartilha chamada de “Cinema na Escola”. A partir do conteúdo dos filmes e documentários sugeridos na nesse material, os estudantes serão convidados a compartilhar suas percepções sobre o conteúdo, e com mediação do professor, debater junto aos colegas.

O curto prazo para a realização da pesquisa é o principal item apontado como limitação de estudo. Os debates relacionados com gênero e sexualidade possuem grande complexidade e afetam tanto alunos quanto professores, por esse motivo a aplicação de

questionários juntamente com a comunidade escolar enriqueceria ainda mais essa investigação. Com mais tempo, seria interessante também aplicar a atividade “Cinema na Escola” e observar seus resultados.

Além disso, observou-se que os papéis de gênero e sexualidade são atravessados fortemente pela cultura, que está em constante evolução. Refletir sobre esse fato com os estudantes permite que um novo horizonte seja percebido. Nesta dissertação, identificou-se a cultura como principal fator determinante de comportamentos, crenças e preconceitos relacionados a papéis e hierarquia de gênero e também de diversidade sexual.

Sem indagar o motivo pelo qual essas diferenças são percebidas, ignorando o contexto histórico e social dessa classificação, tal comportamento apenas reforça a existência de um padrão dominante. A partir das informações apresentou-se também a impossibilidade de atribuir determinada orientação sexual a um sujeito, somente considerando o seu gênero. Visto que, independente de gênero, cada pessoa possui a sua individualidade e suas preferências sexuais.

Foi constatado também que a escola enfrenta significativos desafios a serem superados, destacando-se entre eles: a falta de políticas públicas específicas voltadas para o ensino de gênero e sexualidade, a necessidade de acesso a cursos de formação continuada de qualidade na área, e a importância do apoio tanto dos pais quanto da comunidade escolar para a abordagem de temas relacionados à diversidade no ambiente educacional.

Como resultado do problema de pesquisa, constata-se que alguns assuntos são fundamentais para formar adultos que valorizem e respeitem às diversidades. Entre eles destacam-se: o reconhecimento da existência das diferenças, a análise dos impactos da cultura nos comportamentos e nos modos de viver. Ainda, a compreensão de que a sociedade está em constante evolução, o que torna as formas de existir no mundo, passíveis de aceitação ou não, dependendo do contexto histórico e cultural.

No entanto, um tema de extrema importância é a resistência do preconceito enraizado. Para isso é essencial promover discussões sobre a complexidade das questões relacionadas a gênero e sexualidade, reafirmando o direito de todas as pessoas serem respeitadas e recusando toda forma de violência, esclarecendo inclusive que LGBTfobia é crime.

Conclui-se que estimular uma educação voltada para a diversidade, especialmente entre os alunos do ensino médio, é essencial para promover a igualdade e o respeito. Dessa forma, a escola desempenha sua função social ao moldar cidadãos com valores de empatia,

conscientes de uma sociedade plural e capacitados para lutar contra a discriminação e o preconceito.

Além disso, ao priorizar o estudo de gênero e sexualidade, a escola protege a saúde mental dos estudantes LGBTQIA+, reforça a autoconfiança e estimula um desempenho escolar mais satisfatório. Desse modo, cria-se a oportunidade para que essas pessoas tenham maiores chances de alcançar o sucesso em suas trajetórias escolares e profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aline. **Evasão escolar entre travestis é bem maior**. Diário de Cuiabá, Cuiabá-MT, 23 de maio de 2016. Disponível em <https://flacso.org.br/?p=15833>. Acesso em 28 de dez. de 2023.
- ALMEIDA, Natalie de Castro. **A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e as diferentes expressões das diversidades: um estudo sobre invisibilidades e exclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Irati-PR, 2022. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13507178. Acesso em 12 de out. de 2023.
- AZEVEDO & GUERRA, 2000 *apud* CUNHA, Maria Leolina Couto. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília. SNDCA/MMFDH, 2021. 30 páginas. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioSaranja2021.pdf>. Acesso em 05 de mar. de 2024.
- BALISCEI, João Paulo. Abordagem histórica e artística do uso das cores azul e rosa como Pedagogias de Gênero e Sexualidade. **Revista Teias**, v. 21, n. SPE, p. 223-244, 2020
- BORGES, Luís Felipe. **Odelmo Leão sanciona lei que proíbe 'ideologia de gênero' nas escolas de Uberlândia**; leis semelhantes já foram consideradas inconstitucionais. G1 Triângulo, Uberlândia, 05 de jul. de 2023. Disponível em <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2023/07/05/odelmo-leao-sanciona-lei-que-proibe-ideologia-de-genero-nas-escolas-de-uberlandia-leis-semelhantes-ja-foram-consideradas-inconstitucionais.ghtml>. Acesso em 28 de nov. de 2023.
- BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26**. Brasília, Distrito Federal, 2019. Supremo Tribunal Federal .Relatora: Min. Celso de Mello, 13 de junho de 2019. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>. Acesso em 24 de set. de 2023.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf, Ano 2018. Acesso em 24 de set. de 2023.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 12 de ago. de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Presidência da República. Brasília, DF, 1996. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 05 de mar. de 2024.

BUENO, André da Silva; ESTACHESKI, Dulceli Tonet e CREMA, Eventon Carlos (org). **Gênero, educação e sexualidades**: reconhecendo diferenças para superar [pré]conceitos. Uberlândia, MG. Ed. Dos Autores, 2016. Disponível em https://www.google.com.br/books/edition/G%C3%8ANERO_EDUCA%C3%87%C3%83O_E_SEXUALIDADE_Reconhe/gx0dDgAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&kptab=getbook. Acesso em 05 de mar. de 2024.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Brasília, DF. Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 29 de set. de 2023.

CARA, Daniel, Campanha Nacional pelo direito à Educação. Relatório ao Governo de Transição | **O ultraconservadorismo e extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil**: ataques às instituições de ensino e alternativas para a ação governamental. São Paulo. 2022. 51 páginas. Disponível em <https://campanha.org.br/acervo/relatorio-ao-governo-de-transicao-o-ultraconservadorismo-e-extremismo-de-direita-entre-adolescentes-e-jovens-no-brasil-ataques-as-instituicoes-de-ensino-e-alternativas-para-a-acao-governamental/>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **Fundamentos para uma Educação na Diversidade**. 2014. UNESP, Bauru. Disponível em https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155243/3/unesp-nead_reei1_ee_d01_s02_texto01.pdf. Acesso em 05 de mar. de 2024.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARREIRA, Denise. Gênero na BNCC: dos ataques fundamentalistas à resistência política. *In*: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JUNIOR, Roberto (org.). **Educação é a Base? 23 educadores discutem a BNCC**. São Paulo, Ação Educativa, 2019. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7637071/mod_resource/content/1/CARREIRA_GENERO_BNCC.pdf. Acesso em 24 de set. de 2023.

COLLING, Ana Maria. A escola como lugar da diversidade: educação, gênero e sexualidades. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpres; DE BOER, Raphael Albuquerque (org.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar**: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades. Rio Grande, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2022. Disponível em <https://repositorio.furg.br/handle/1/10390>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

CUNHA, Maria Leolina Couto. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes** – Abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília. SNDCA/MMFDH, 2021. 30 páginas. Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em 05 de mar. de 2023.

CUSTÓDIO, Diane Ângela Cunha. **Corporeidade, gênero e diversidade sexual na escola sob a perspectiva docente**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-

Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia-GO, 2020. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9785311. Acesso em 10 de out. de 2023.

FAGIANI, Cílon César. **Brasil e Portugal: qual a formação do jovem trabalhador no século XXI?**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

FERREIRA, Alessandra Pavolin Pissolati; SILVA, Luciana Aparecida Siqueira; CORRÊA, Lourdes Maria Campos; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Corpo, gênero e sexualidade em livros didáticos de biologia: a atuação do grupo de pesquisa gênero, corpo, sexualidade e educação. *In*: SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; VILAÇA, Teresa; DE BRÍCIO, Vilma Nonato (org). **Corpo, gênero e sexualidade: Memórias, lutas e insurgências nas educações**. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2023. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/84937/1/CORPO%20GENERO%20ESE XUALIDADE-MEMORIAS%20LUTAS%20E%20INSURGE%cc%82NCIAS.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2023.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. 2 ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL). 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual no dia a dia**. 2 ed. Ver., atual. E ampl. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL). 2020.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Homossexualidade e educação sexual: construindo o respeito à diversidade**. 1 ed. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL). 2007.

FILGUEIRAS, Luiz e DUCK, Graça. **O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda**. Marxismo21.org, 2019. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **O vírus da Aids, 20 anos depois**. 2003. Disponível em <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/index.html>. Acesso em 29 de setembro de 2023.

FLICK, Uwe. A utilização da literatura na pesquisa qualitativa. *In*: **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joyce Elias Costa. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2009, p. 61-67.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 17 de jan. de 2024.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga; BENEVIDES, Bruna; LARRAT, Symmy. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021**. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed: São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, Kássia Dayana. **Filme Alice Júnior: um olhar para alunos transgênero**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Mestrado Acadêmico em Educação, Faculdade de Inhumas. Inhumas-GO, 2022. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13481782. Acesso em 10 de out. de 2023.

GONÇALVES, Alice Calixto *et al.* **A violência LGBTQIA+ no Brasil**. FGV - Fundação Getúlio Vargas. 2020. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29886>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

GONÇALVES, Ana Paula Buhner. “Vish: sai de mim”: gênero e diversidade sexual para estudantes do CEEBJA. *In: BUENO, André da Silva; ESTACHESKI, Dulceli Tonet e CREMA, Eventon Carlos (org.). Gênero, educação e sexualidades: reconhecendo diferenças para superar [pré]conceitos*. Uberlândia, MG. Ed. Dos Autores, 2016.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. **Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: Conceitos e determinações de um contexto social**. Revista Ciências Humanas, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde – PNS. **Editorial: Estatísticas Sociais**. 2022. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em 1º de out. de 2023.

JUNIOR, Moacyr Lopes. **Judith Butler escreve sobre sua teoria de gênero e o ataque sofrido no Brasil**. Folha de São Paulo. São Paulo – SP. 09 de set. de 2015. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1936103-judith-butler-escreve-sobre-o-fantasma-do-genero-e-o-ataque-sofrido-no-brasil.shtml>. Acesso em 17 de jan. de 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A pesquisa científica hoje. *In: A construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 31-49.

LEITE, Lucimar da Luz. **Marcas da religião na educação: gênero, sexualidade e formação docente**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá-PR, 2020. Disponível em

https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10415946. Acesso em 10 de out. de 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento específico**: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade** – um debate contemporâneo na educação. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 43-53.

MACHADO, Carolina Seiko; DE GODOY, Felipe Eugênio Troiano; DE FÁTIMA BELANCIERI, Maria. A Revista Capricho e a construção da identidade na adolescência. **Revista Multiplicidade**, v. 4, n. 4, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.59237/multipli.v4i4.45>. Acesso em 21 de ago. de 2023.

MAGALHÃES, Joanalira Corpres; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Artefatos culturais: algumas possibilidades para promoção de uma educação para sexualidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 1, n. 1, 2013, p.45-46. Disponível em <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/6232/4325>. Acesso em 12 de set. de 2023.

MARINI, Alexandre. **A censura ao trabalho docente**: eventuais interdições da comunidade escolar sobre professores/as que abordam temas relacionados a gênero e sexualidade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte-MG, 2021. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11349678. Acesso em 10 de out. de 2023.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017, p.725-748. Disponível em <https://www.scielo.br/j/se/a/Ns5kmRtMcSXDY78j9L8fMFL/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 12 de set. de 2023.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. **Cadernos pagu**, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.1590/18094449201800530000>. Acesso em 05 de mar. De 2024.

NASCIMENTO, Camila Muniz do. **Gênero e educação**: olhares de docentes do Ensino Médio sobre as relações de gênero e suas expressões na escola. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Identidades) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Identidades da Fundação Joaquim Nabuco. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife-PE, 2021. Disponível em <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/9010>. Acesso em 10 de out. de 2023.

NERY, João W. **Viagem solitária** – memórias de um transexual 30 anos depois. São Paulo: Editora Leya, 2011.

NONADA – JORNALISMO TRAVESSIA. Projeto Colabora, 2022. **Quebrando armários: os desafios de estudantes, pais e professores LGBTQIA+**. Disponível em <https://projetocolabora.com.br/ods4/quebrando-armarios-os-desafios-de-estudantes-pais-e-professores-lgbtqia/>. Acesso em 15 de set. de 2023.

REIS, Toni; HARRAD, David; KOSCIW, Joseph. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Curitiba: ABGLT, 2016.

RIBEIRO, Marcos; REIS, Wagner. Educação sexual: O trabalho com crianças e adolescentes. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2007. DOI: 10.35919/rbsh.v18i2.389. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/389. Acesso em: 25 set. 2023.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpres; DE BOER, Raphael Albuquerque (org.). **(Re)existir, (re)inventar, pesquisar: entrelaçamentos de corpos, gêneros e sexualidades**. Rio Grande, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. 2022. Disponível em <https://repositorio.furg.br/handle/1/10390>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 14 ed: São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

SAVIANI, Dermeval. O vigésimo ano da LDB: as 39 leis que a modificaram. **Retratos da escola**, v. 10, n. 19, p. 379-392, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1 ed: São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Caio Samuel Franciscati da Silva; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de gênero: (des)caracterizações. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp.2, p. 1538–1555, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12051. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12051>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; DE SOUZA, Marcos Lopes; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Gênero e sexualidade na escola: novas ameaças, enfrentamentos e possibilidades de resistências. In: SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; VILAÇA, Teresa; DE BRÍCIO, Vilma Nonato (org). **Corpo, gênero e sexualidade: Memórias, lutas e insurgências nas educações**. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2023. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/84937/1/CORPO%20GENERO%20ESE XUALIDADE-MEMORIAS%20LUTAS%20E%20INSURGE%cc%82NCIAS.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2023.

SOARES, Gabrielly Aparecida de Araújo. **O avanço do neoconservadorismo e a concepção do papel social da mulher no Brasil contemporâneo**: uma breve análise dos significados das declarações e decisões políticas do governo Bolsonaro e de sua ministra Damares Alves. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019. Disponível em <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1410/1377>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

TAVARES, Manuel. **Culturas e Educação**: a retórica do multiculturalismo e a ilusão do interculturalismo. Educação e Cultura Contemporânea, vol. 11, n. 25, 2014. Disponível em <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/649>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

VISCARDI, Janaisa Martins. Fake news, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística aplicada**, v. 59, p. 1134-1157, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/01031813715891620200520>. Acesso em 05 de mar. de 2024.

WOLFF, Cristina Scheibe; SALDANHA, Rafael Araújo. Gênero, sexo, sexualidades: categorias do debate contemporâneo. In: BUENO, André da Silva; ESTACHESKI, Dulceli Tonet e CREMA, Eventon Carlos (org.). **Gênero, educação e sexualidades: reconhecendo diferenças para superar [pré]conceitos**. Uberlândia, MG. Ed. Dos Autores, 2016.

ANEXO

Neste anexo será apresentado o Produto Educacional intitulado “Cinema na Escola”.

O material complementa a pesquisa realizada no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação: Formação Docente para a Educação Básica (PPGEB), da Universidade de Uberaba (UNIUBE). O nome da dissertação desenvolvida é “Gênero e Sexualidade no Contexto da Educação Básica”.

Trata-se de um Produto Educacional com o intuito de apoiar e facilitar o trabalho dos docentes da Educação Básica, especificamente àqueles dedicados ao Ensino Médio. “Cinema na Escola” propõe uma abordagem diferenciada, consistindo na seleção de filmes com enredos direcionados para promover discussões pertinentes a questões de gênero e sexualidade.

Sugerimos que sejam realizadas na Escola, de forma periódica (semanal, quinzenal ou mensal), sessões de cinema envolvendo os filmes indicados. Esses filmes possuem em sua narrativa, situações que proporcionam debates e reflexões acerca da temática de gênero e sexualidade.

ARTEFATOS CULTURAIS

Livros, séries, filmes, documentários, músicas e outros elementos são considerados artefatos culturais que contribuem para a formação de padrões ideais de papéis de gênero e sexualidade (Magalhães; Ribeiro, 2013).

POR QUE UTILIZAR O CINEMA NA APRENDIZAGEM?

A sugestão deu-se pelo fato de que nossas ações são frutos da reprodução de comportamentos que repercutem em nossa sociedade. Portanto, as situações cotidianas apresentadas no cinema possuem o poder de nos influenciar.

O grupo das Princesas Clássicas da Disney, formado por Branca de Neve (1937), Cinderela (1950) e a Bela Adormecida (1959), exemplifica características comuns que influenciam o modelo ideal construído no imaginário infantil.

Além de marcar presença nas telas, as Princesas estão estampadas em roupas, brinquedos, material escolar, entre outros (Vitorelo; Pelegrini, 2018).

Observando as princesas CLÁSSICAS subentende-se que é correto e aceitável que elas sejam brancas e esperem o seu príncipe encantado.

A atuação do príncipe, por sua vez, deixa implícito que eles também devem ser brancos e devem salvar e conquistar a princesa

Além disso, nos mostram que o casamento é necessário para viver “feliz para sempre” e que os relacionamentos são sempre heterossexuais.

A influência do CINEMA

A cultura e a política são os principais responsáveis pela atribuição de papéis a homens e mulheres (Colling, 2022).

GÊNERO

O conceito de gênero não se limita apenas ao nosso sexo biológico, seu significado é complexo. O termo é categorizado como uma marcante construção social percebida ao longo da história, desempenhando um papel determinante na definição de hierarquias e relações de poder (Carreira, 2019).

SEXUALIDADE

Orientação sexual ou sexualidade corresponde às preferências sexuais de cada indivíduo (Wolff; Saldanha, 2016).

SUGESTÃO DE ATIVIDADE

Reunir os estudantes e convidá-los a assistir um dos filmes propostos. Todos possuem enredos relacionados à temática gênero e sexualidade na sociedade contemporânea e podem provocar as consciências em formação, estimulando discussões.

Pedir que eles façam anotações do que chamou mais atenção deles no filme. É importante que os estudantes fiquem bem à vontade para comentar o que quiserem. Estimular o debate e a reflexão dos alunos, pedindo a opinião dos estudantes acerca da conduta dos personagens. Mediar as discussões, direcionando e estimulando os estudantes a exercitar a empatia e o respeito.